



UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA - UNICRUZ

FERNANDA FALCONI BASTOLLA

**FORMAÇÃO DOCENTE EM NÍVEL MÉDIO: A LINGUAGEM COMO PRÁTICA
SOCIAL NO CONTEXTO DE UM TRABALHO REFLEXIVO SOBRE EDUCAÇÃO
AFRO.**

Dissertação de Mestrado

CRUZ ALTA – RS, 2018

FERNANDA FALCONI BASTOLLA

**FORMAÇÃO DOCENTE EM NÍVEL MÉDIO: A LINGUAGEM COMO PRÁTICA
SOCIAL NO CONTEXTO DE UM TRABALHO REFLEXIVO SOBRE EDUCAÇÃO
AFRO.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade de Cruz Alta, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social.

Orientador Prof. Dr. Antonio Escandiel de Souza

Cruz Alta - RS, 2018
Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ
PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social

FORMAÇÃO DOCENTE EM NÍVEL MÉDIO: A LINGUAGEM COMO PRÁTICA SOCIAL NO CONTEXTO DE UM TRABALHO REFLEXIVO SOBRE EDUCAÇÃO AFRO.

Elaborado por

Fernanda Falconi Bastolla

Como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Antonio Escandiel de Souza (Orientador) _____ UNICRUZ

Prof. Dr^a Eva Terezinha de Oliveira Boff _____ UNIJUÍ

Prof. Dr^a. Vânia Maria Oliveira de Freitas _____ UNICRUZ

Cruz Alta – RS, março de 2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a São Jorge, que me inspiraram a não desistir das batalhas da vida.

As minhas filhas, Kauani, minha força maior e inspiração. Clarissa, meu equilíbrio, sempre com sua fala “Eu te amo muito, mãe”. À minha família, mãe, Dóra, que deu o suporte para que pudesse alcançar esse sonho. Minha irmã, Vanessa, que se tornou a melhor amiga em todas as horas. Minha sobrinha, Ana Julia, que estava sempre ao lado da Clari, para que ela não se sentisse tão só. Minha tia, Anita, que acreditou no meu sonho e desde pequena demonstrou muito carinho.

A todas amigas e amigos que faltei em muitos momentos, porém compreenderam e não deixaram de estar na torcida. Aos colegas que compartilharam esse sonho, em especial às “Lindas do Mestrado”, que foram verdadeiros presentes.

Aos mestres, colegas e amigos, grandes líderes que compartilharam seus conhecimentos com muita sabedoria. Vocês nos fizeram acreditar que somos capazes e que existe uma sociedade carente de mudanças. Agradeço especialmente ao orientador, amigo e professor Dr. Antonio Escandiel de Souza, que acreditou no meu sonho e mostrou-me o caminho a seguir, desde o desejo de participar da seleção de Mestrado. Obrigada por ter aceitado este desafio e dividido sua sabedoria comigo, contribuindo para meu crescimento pessoal e profissional. Sempre cobrando uma produção e orientação, para que não perdesse o foco. Foi um amigo incansável e acreditou que podia chegar lá, na docência do Ensino Superior.

Aos alunos normalistas que aceitaram minha proposta, sendo fundamentais para construção de meu estudo, acreditando que “ser professor” ultrapassa a teoria e sim existe uma razão social para desempenharmos a docência.

Aos colegas de trabalho, PROENEM e 9ª CRE, que foram sempre compreensíveis e muitas vezes auxiliaram em meu conhecimento.

À Universidade de Cruz Alta, minha segunda casa, todo meu reconhecimento e gratidão.

Muito obrigada a todos!

“Zumbi, o teu grito ecoou
No Quilombo dos Palmares
Como um pássaro que voou
Tão liberto pelos ares
Um grito de dor e de fé
Ficou registrado na nossa história
Pela luta, pelo axé
pela garra, pela glória...”

Leci Brandão

RESUMO

FORMAÇÃO DOCENTE EM NÍVEL MÉDIO: A LINGUAGEM COMO PRÁTICA SOCIAL NO CONTEXTO DE UM TRABALHO REFLEXIVO SOBRE EDUCAÇÃO AFRO.

Autor: Fernanda Falconi Bastolla

Orientador: Prof. Dr. Antonio Escandiel de Souza

A negritude, ao perpassar as ações sociais, permite o diálogo entre o ensino e aprendizagem quando discutida nas escolas, proporcionando reflexões e debates que permeiam a prática discursiva no cotidiano sociocultural, bem como uma visão crítica ao reconhecer a si próprio e ao outro. Entretanto, a conscientização do discente de que o ser humano não se distingue pela cor e raça fundamenta um trabalho reflexivo, destacando-se como uma pesquisa-ação, realizada por meio de análise da prática discursiva do educador sob uma perspectiva dialética com o pensamento social, ao resgatar seu pertencimento junto à história. Tendo em vista a relevância desta temática, optamos por realizar uma investigação-ação com enfoque na linguagem como prática social nas estratégias discursivas aplicadas à formação docente no curso normal, de uma escola pública de Cruz Alta – Rio Grande do Sul. Para o desenvolvimento do estudo, foi realizado um trabalho envolvendo a pesquisa-ação, por meio de oficinas reflexivas e ludopedagógicas junto a professores em formação de nível médio, cujo objetivo foi contribuir com as atividades pedagógicas formativas sobre educação – afro. Esse trabalho, situado na linha de pesquisa Linguagem, Comunicação e Sociedade teve como aportes teóricos autores como Bakhtin (2010), Fairclough (2001), Fiorin (2006), Dionne (2007) e Thiollent (2011), entre outros. Nas oficinas teórico - práticas foram oportunizados momentos de discussão e reflexão sobre leis e história afro, bem como leitura de textos da literatura infantil, abordando educação étnico-racial. Com base nas reflexões teóricas e nas constatações de fatos reais da sociedade contemporânea sabemos que, mesmo com toda evolução da humanidade, ainda existem casos de resistência quanto ao espaço do negro na sociedade e, em razão disto, surge o preconceito e discriminação racial, que muitas vezes é evidenciado na prática discursiva, mesmo sem intuito discriminatório, mas por valores e princípios que se fazem enraizados culturalmente. Advogamos, portanto, em favor de uma educação além do ensino-aprendizagem, de caráter reflexivo com foco nesta mudança social para uma visão inclusiva que promova a igualdade. Os resultados obtidos com este estudo sinalizam positivamente quanto à realização de atividades de cunho formativo, pois os futuros educadores demonstraram a todo instante em sua prática discursiva a importância e necessidade de ser trabalhada a temática nos cursos de formação, a fim de contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária. A partir do conhecimento adquirido o professor terá competência e habilidades para ressignificar e multiplicar novos paradigmas educacionais.

Palavras Chave: Práticas Discursivas. Docência. Diversidade afro. Pesquisa-ação.

ABSTRACT

EDUCATIONAL TRAINING AT MIDDLE LEVEL: LANGUAGE AS SOCIAL PRACTICE IN THE CONTEXT OF A REFLECTIVE WORK ON AFRO EDUCATION.

Author: Fernanda Falconi Bastolla

Advisor: Prof. Dr. Antonio Escandiel de Souza

Negritude, bypassing social actions, allows the dialogue between teaching and learning when discussed in schools, providing reflections and debates that permeate the discursive practice in daily sociocultural, as well as a critical view in recognizing oneself and the other. However, the student's awareness that the human being is not distinguished by color and race grounds a reflective work, standing out as an action research, carried out by analyzing the educator's discursive practice from a dialectical perspective with social thought, by rescuing his belonging to the story. Considering the relevance of this theme, we chose to carry out an action research with a focus on language as a social practice in the discursive strategies applied to teacher training in the normal course of a public school in Cruz Alta, Rio Grande do Sul. For the development study, a work was carried out involving action research, through reflexive and pedagogical workshops with teachers in secondary education, whose objective was to contribute to the formative pedagogical activities on afro education. This work, located in the line of research Language, Communication and Society had theoretical contributions such as Bakhtin (2010), Fairclough (2001), Fiorin (2006), Dionne (2007) and Thiollent (2011), among others. In the theoretical - practical workshops were opportunities for discussion and reflection on Afro laws and history, as well as reading texts from children's literature, addressing ethno - racial education. Based on the theoretical reflections and real-world findings of contemporary society, we know that, even with all evolution of humanity, there are still cases of resistance to the black space in society, and because of this, racial prejudice and discrimination arise who often is often evidenced in discursive practice, even without discriminatory intent, but by values and principles that become culturally rooted. We advocate, therefore, for an education beyond teaching-learning, of a reflexive nature focused on this social change towards an inclusive vision that promotes equality. The results obtained with this study indicate positively regarding the accomplishment of formative activities, since the future educators demonstrated at every moment in their discursive practice the importance and necessity of being worked the theme in the training courses, in order to contribute to a society more just egalitarian. From the acquired knowledge the teacher will have the competence and skills to re-signify and multiply new educational paradigms.

KEYWORDS: Discursive Practices. Teaching. Afro Diversity. Action research

SUMÁRIO

RESUMO	5
ABSTRACT	6
1 INTRODUÇÃO.....	8
2 A PESQUISA-AÇÃO COMO METODOLOGIA ALTERNATIVA.....	15
3 A LINGUAGEM COMO PRÁTICA SOCIAL NA DISCUSSÃO AFRO.....	23
3.1 A Documentação vigente para o ensino que contemple a discussão afro	30
3.2 LDB	36
3.3 PCNs.....	40
3.4 Regimento Educação Básica Escolar	42
3.5 Regimento Escolar do Ensino Médio Curso Normal	44
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	47
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	74
APÊNDICES	76
ANEXOS	78

1 INTRODUÇÃO

O sistema educacional debate a todo instante a cultura étnico-racial ao trabalhar em sala de aula informação-educação, a partir de divergências existentes no contexto escolar e coletivo, para a uma mobilidade social em que a sociedade tenha a possibilidade de refletir e avaliar seus ideais, a partir de suas práticas socioculturais.

A motivação deste trabalho advém da experiência desta pesquisadora, enquanto professora da Educação Básica e assessora pedagógica da 9ª Coordenadoria Regional de Educação, consciente da importância de despertar a valorização pela temática nos docentes em nível médio. No entanto, a conscientização dos futuros educadores e até mesmo do profissional ativo, de que não há uma distinção entre os seres humanos pela cor e raça fundamenta um trabalho reflexivo e ludo-pedagógico, ao destacar uma investigação-ação da análise de práticas discursivas dos discentes, sob uma perspectiva dialética com o pensamento social, ao resgatar a valorização e pertencimento junto à história e sociedade.

A concepção ontológica que norteou a investigação foi a ideia de transformação do sujeito, enquanto futuro educador, por meio de uma educação inclusiva, conforme o querer e a conscientização da valorização da pluralidade de um povo, a diversidade como uma marca da humanidade. Nesse sentido, a linguagem mostra-se como um instrumento por meio do qual é possível amenizar o preconceito e discriminação racial, instituídos na amplitude da ressignificação de valores sociais.

Muito tem se discutido que a linguagem humana possui uma significação ampla com funções representativas intrínsecas, pois nela estão implícitos diversos fatores de exteriorização psíquica e atuação social. Além disso, buscamos uma sociedade igualitária por meio de uma educação inclusiva, capaz de desmistificar o enraizamento cultural de que a pessoa para ter valor, precisa ser “branco, cristão e homem” como a história até hoje conta na maioria de seus livros, quebrando estigmas sociais que frequentemente levam à marginalização.

Assim, a prática discursiva acontece por meio da linguagem do professor ao aluno, pois permite estabelecer relações interpessoais, motivando, ou simplesmente, incentivando o docente, a um dito que traz variadas conclusões, bem como, interpretações sobre um dado contexto. No entanto, a sociedade organiza-se por intermédio de discursos e participações

sociais, onde a manifestação são modos de representações, conforme as diferentes situações e condições sociais.

Nesta perspectiva, Fairclough (2001) argumenta que a prática discursiva tanto de maneira convencional como criativa, contribui para reproduzir a sociedade (identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimento e crença), mas também contribui para transformá-la. Um exemplo são as identidades de professores e alunos e as relações entre elas, que fortalecem o sistema educacional, a partir da consistência e resistência de padrões de fala no interior e no exterior dessas relações para sua reprodução, estando abertas às transformações que podem originar-se parcialmente no discurso variando as ambiências.

Surge, então, a principal inquietação destes pesquisadores no que se refere à questão da inclusão da Educação étnico-racial, no contexto formativo em nível médio de futuros docentes, como temática a ser trabalhada rotineiramente. Por conseguinte, o presente estudo teve o intuito de realizar um trabalho crítico-reflexivo acerca da linguagem do educador perante as diferenças em um trabalho reflexivo entre formadores e formandos, visando à melhoria e qualidade do ensino de uma escola pública no município de Cruz Alta¹- Rio Grande do Sul.

Com isso, a formação continuada a ser efetivada no contexto educacional é condição para a execução do trabalho, uma vez que serão proporcionados momentos de reflexão sobre a prática discursiva, bem como a possibilidade de conscientização e percepção de uma (re) construção linguística do docente sobre a diversidade afro, perante a realidade escolar, visando estabelecer o diálogo proposto por Bakhtin (2010) entre educador e educando, com vistas a atingir a promoção na melhoria da qualidade do ensino em nível médio.

Realizou-se, para tanto, um estudo envolvendo a pesquisa-ação, por meio da promoção de oficinas, onde houve momentos de discussão e reflexão da relação teoria e prática, no que se refere à História e Cultura étnico-racial. O trabalho ocorreu no ano de dois mil e dezessete, numa parceria entre pesquisadores e o contexto escolar estudado, favorecendo ambientes em sintonia com as prerrogativas do projeto político-pedagógico do educandário.

A excelência da educação norteia nossas inquietações, enquanto pesquisadores, logo usamos como caminhos epistemológicos a linguagem na concepção bakhtiniana, segundo a

¹ Cruz Alta do Estado do Rio Grande do Sul. Os habitantes se chamam cruzaltenses. O município se estende por 1.360,4 km² e contava com 62.825 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 46,2 habitantes por km² no território do município. Vizinho dos municípios de Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra e Panambi e a 41 km a Sul-Leste de Ijuí. Situado a 476 metros de altitude, de Cruz Alta tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 28° 38' 22" Sul, Longitude: 53° 36' 22" Oeste.

qual o diálogo entre discursos e práticas é essencial às relações sociais, sobretudo em ações que visam promover melhorias em contextos específicos.

Para tanto, emergiram como problemas de pesquisa nesse processo de educação inclusiva, por intermédio de dialogismo entre o conhecimento e reflexão, os questionamentos de como as práticas discursivas são trabalhadas na escola, a fim de promover igualdade social, e ainda de que maneira é possível contribuir para que a escola seja um espaço multiplicador de um discurso igualitário por meio da linguagem?

Pensando nessa problematização, verificamos que Benveniste (2008) salienta também que é na/pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta a realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de “ego”.

A partir desta concepção, sabemos que a linguagem está atrelada à sociedade, tornando o homem sujeito determinado pelo sistema. Assim, o docente em formação ao posicionar-se diante de um tema polêmico “Educação étnico-racial”, por meio de seu conhecimento escolar/acadêmico constrói seu pensamento, compreende e interpreta conscientemente o uso da linguagem, para uma transformação e mobilidade social.

Na oportunidade do estudo surgiram como hipóteses, duas possibilidades de análise no percurso da pesquisa-ação: As práticas discursivas são trabalhadas de formas singelas o que não leva à reflexão acerca das condições necessárias para amenizar o preconceito racial e, também a promoção de discussões por meio do trabalho reflexivo ao fomentar diferentes estratégias discursivas capazes de promover a igualdade social e colaborativo, ao haver trocas de conhecimentos e experiências entre os sujeitos envolvidos.

Com base nesse trabalho reflexivo e colaborativo vimos à importância do papel da educação na constituição do homem, pois a relação e sua interação ocorrem por meio de ações como essa pesquisa-ação, inserida na linha de pesquisa Linguagem, Comunicação e Sociedade quando propomos o refletir e discutir a linguagem como prática social na intenção de ressignificar as ações pedagógicas de professores em formação, que vislumbram a docência como profissão. Além disso, compreendemos que ao sugerir esta análise da interação pela linguagem na discussão sobre diversidade afro, fomos à busca de paradigmas que alicerçam o contexto educacional por meio de um processo sociocultural, na tentativa de promover melhorias no contexto social.

Na busca de respostas a esses questionamentos apresentados ao longo da pesquisa, elegemos como objetivo geral, realizar um trabalho reflexivo e colaborativo envolvendo a

linguagem como prática social nas estratégias discursivas² aplicadas à formação docente no curso normal, com intuito de contribuir com as práticas pedagógicas formativas sobre educação - afro.

Para tanto evidenciamos como metas relevantes ao desenvolvimento da análise refletir sobre a legislação vigente no que se refere às questões étnico-racial, a fim de, socializá-la no contexto do estudo, assim como, promover a discussão sobre a importância do conhecimento da historicidade afro, por meio de um estudo da Lei 10.639/2003, no espaço de formação docente para a compreensão da história e suas consequências sociais. À vista disso, o profissional da educação apodera-se de argumentos capazes de promover a igualdade entre os cidadãos, não estimulando a cisão racial entre negros e brancos de uma sociedade.

Pensamos também que, ao evidenciar a linguagem como uma prática social no processo formativo em que o futuro docente se torne multiplicador de ideias capazes de amenizar o preconceito racial no contexto da sala de aula, perante o alunado dos anos iniciais do Ensino Fundamental, para que percebamos os efeitos construtivos do discurso do “ser professor”. Por isso, elencamos ainda como objetivo específico dessa pesquisa-ação fomentar a reflexão sobre a linguagem como prática social na inclusão da temática Diversidade afro, desde a formação docente em nível médio, e também no contexto escolar, onde pretendemos à implementação de propostas alternativas que valorizem a igualdade racial.

Assim, Bakhtin (2010) menciona a linguagem como prática social, o qual entende que é na relação dialógica entre os indivíduos que se pode promover o intercâmbio de ideias e, nesse sentido, vislumbramos possibilidades de mudança social, principalmente no que se refere às questões de preconceito e discriminação racial.

Em consonância aos propósitos desse estudo, verificamos a necessidade de trabalhar segundo Fairclough (2001), a abordagem sobre a prática discursiva que é constitutiva como parte essencial, tanto de maneira convencional como criativa, que contribui para reproduzir a sociedade, no que tange sua identidade, relações dialéticas, crenças e sistemas de conhecimento e pertencimento social, ou ainda em sua transformação social.

Já no que diz respeito à prática social, sabemos que, segundo o autor citado acima, o discurso perpassa por várias orientações como cultural, econômica, política, ideológica, estando implicado de formas variadas e com mesmo mérito em cada uma delas. Desse modo, percebemos que Bakhtin (2010) é enfático quando afirma que a linguagem está sempre

² Entendemos como estratégias discursivas as diferentes formas de abordagem de determinado tema, tendo em vista o cuidado que devemos ter para não milindrar as relações sociais e evitar possíveis constrangimentos e manifestações discriminatórias

relacionada às atividades humanas, evidenciando uma compreensão responsiva, de acordo com contexto do interlocutor e receptor do diálogo.

O estudo foi realizado por meio de trabalho reflexivo, de cunho qualitativo, envolvendo ação – reflexão - ação, em observação às características de um trabalho de pesquisa-ação. O grupo amostral envolvido foi composto por 25 docentes em formação de nível médio, do Instituto Estadual de Educação Professor Annes Dias, do município de Cruz Alta – RS. As atividades envolveram observação direta, aplicação de questionários, oficinas teórico/práticas e debates, onde a pesquisadora interagiu junto às normalistas acerca de alcançar os objetivos propostos.

Em consonância, Thiollent (2011) define pesquisa-ação como um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Nesse sentido, vimos que a pesquisa-ação veio ao encontro do que Brandão (2006, p.8) ressalta sobre que a desigualdade não se reflete apenas nos indicadores sociais ou nos desníveis de renda, ela seria apenas a expressão mais evidente do racismo. Dessa forma, evidencia-se uma estrutura cultural e social que acaba por mascarar uma discriminação mais profunda: a desvalorização, desumanização e desqualificação, ou não reconhecimento simbólico das tradições, saberes e fazeres do povo afrodescendente.

Com isso, discutimos a importância da linguagem na formação dos professores em formação enquanto perspectivas e alternativas de uma possível solução para amenizar o preconceito étnico-racial, ao valorizar o aprendizado e conhecimento de mundo, além da historicidade que perpassa por nossas vivências, pois somos sabedores que a mudança social ocorrerá por meio do processo educativo e suas alusões.

Ao considerar a pluralidade cultural e vivências do público alvo da pesquisa, inferimos a necessidade de uma educação inclusiva, associada à reflexão sobre estratégias e práticas pedagógicas relacionadas ao assunto em questão, onde a condução do aluno caminhe para um mundo igualitário.

Assim, ao abordar essa questão, Paim (2003, p. 8) orienta que é dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independente da raça ou cor da pele, o direito à participação na comunidade, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais.

Dessa forma, percebemos a relevância da Escola resgatar a valorização e compreensão da diferença como diversidade, tornando rotineira a prática discursiva sobre a temática mencionada, a fim de promover momentos para que os docentes possam refletir sobre suas práticas e ações pedagógicas, diante da formação cidadã-crítica e reflexiva do educando.

Além do mais, entendemos que esse estudo de caráter social, reflexivo e colaborativo vem ao encontro dos objetivos do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, tendo em vista que, a partir das ações propostas, poderemos promover reflexões que levam ao desenvolvimento social.

Torna-se pertinente ressaltar a importância da linguagem como uma prática social, capaz de mediar o conhecimento necessário à formação docente em nível médio, pois a narrativa é diferente estruturalmente da escrita, conforme as vivências pessoais do interlocutor, segundo Fairclough (2001). O que almejamos desse futuro professor dos anos iniciais do Ensino Fundamental é que esse exerça o papel de multiplicador de ideias que venham ao encontro do que a sociedade necessita atualmente: combater um dos preconceitos mais visíveis que é o racismo, no caso do negro.

Emerge, então, a importância de oportunizar a esses professores em formação momentos de reflexões teóricas - práticas, assim como a (re) elaboração da opinião própria, com consciência de direitos e deveres ao posicionar-se enquanto ser atuante em um grupo social. Partindo do pressuposto de que a proposta é compreender a diferença como diversidade, ao perpassar pelo trabalho conjunto do sistema educacional de forma rotineira e não apenas em datas comemorativas, deduzimos a conveniência da relação dialógica para que se estabeleça a interação na/pela linguagem em que professor e professor em formação sejam multiplicadores de ideias. (Bakhtin, 2010; Benveniste, 2008).

Ratificamos que com o exemplo da semana da Consciência Negra, muitas ambiências escolares consideram suficiente as discussões promovidas em tal evento e data, o que, talvez por falta de conhecimento ou mesmo de consciência leva ao não cumprimento da Lei vigente 10.639/2003, bem como o Artigo 26/1996, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), a qual contempla a inclusão no currículo a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” e não apenas em datas comemorativas como treze de maio – Abolição da Escravatura/Lei Áurea e vinte de novembro- Semana da Consciência Negra.

A partir destas observações, sabemos que desde 1988 a Constituição Federal em seu artigo 5º, estabelece que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza ou discriminação negativa”, ou seja, que venha a prejudicar qualquer categoria social, religiosa,

racial, profissional etc. Assim, as normas legais constroem-se, a fim de combater e compensar o tratamento discriminatório vigente por séculos ao povo afro, bem como garantir a superação das desigualdades existentes, até mesmo em um meio educacional.

Compreendemos então, que a temática, mesmo sendo debatida em variadas ambiências e esferas políticas e sociais, ao longo de décadas, faz-se pertinente, pois a maioria das pessoas afirma não ter preconceito, porém sua linguagem, muitas vezes, expressa preceitos de forma humilhante e degradante, expondo o negro perante o grupo social. Desta forma, denotamos uma preocupação em oferecer condições mínimas de conhecimento teórico/prático a futuros educadores em nível médio, para que possam refletir sobre sua prática discursiva e venham a multiplicá-la em prol do não ao racismo.

Esse trabalho está organizado em cinco capítulos, sendo que a introdução se configura como o primeiro deles e apresenta a motivação desses pesquisadores, embasados em argumentações capazes de possibilitar reflexões, a cerca de uma educação inclusiva no que tange a Diversidade étnico-racial. O segundo capítulo aborda a metodologia da pesquisa-ação, pesquisa social que proporciona a colaboração de pesquisadores e sujeitos escolares, pois além da participação como protagonistas, os envolvidos na investigação agregam ações planejadas de cunho social e educacional.

Já o terceiro capítulo trata sobre a linguagem como uma prática social na discussão afro, ao abarcar fundamentação legal e conhecimentos específicos da temática, a fim de resgatar a história, desmistificando o enraizamento cultural que está implícito no discurso da sociedade de uma forma velada.

O quarto capítulo evidencia resultados e discussões pertinentes às interpretações da realidade, propiciando ações transformadoras, a partir de um planejamento, investigação, análise e avaliações em conjunto na fase exploratória sobre Educação étnico-racial, na referida ambiência educacional. Encerra-se o trabalho com o quinto capítulo, destacando algumas considerações (não) finais da investigação-ação realizada, por meio da qual se buscou promover uma mudança social, na tentativa de qualificar a educação inclusiva que permeia o propósito de amenizar o preconceito e discriminação racial às futuras gerações.

Nesse sentido, vale lembrar que é por meio da linguagem, instrumento relevante, que a humanidade interage socialmente, a partir de manifestações linguísticas, expondo suas concepções e valores sobre as temáticas que envolvem a sociedade. Dessa forma, é possível perceber que o professor que revê sua prática discursiva e pedagógica é capaz de encantar seu educando, aproximando-se da realidade contextual de sua turma.

2 A PESQUISA-AÇÃO COMO METODOLOGIA ALTERNATIVA

Ao desenvolver esse trabalho reflexivo, de cunho qualitativo em uma modalidade investigativa e participativa, destacamos o intuito de analisar e verificar a prática discursiva na formação docente atrelada à Diversidade afro, que contribui para reprodução e transformação das relações, identidades, crenças e sistemas de conhecimentos sociais. Por conseguinte, foi realizada uma pesquisa-ação, por meio de deliberação coletiva, considerando relevante a interação dos pesquisadores e sujeitos escolares, mas também suas estratégias e práticas como protagonistas de ações na desconstrução de uma representação negativa, quando se trata de questões sobre a negritude, além de verificarmos a documentação vigente, desde o ano de dois mil e doze até os dias atuais, responsável por regimentar as práticas pedagógicas das futuras docentes.

O grupo amostral foi composto por 25 docentes em formação de nível médio, cuja escolha justificou-se pelo fato de ser a maior turma, do Instituto Estadual de Educação Professor Annes Dias, do município de Cruz Alta - RS e, num primeiro contato, ter-se percebido uma motivação para a profissão, bem como para participação do trabalho reflexivo e colaborativo, sendo que optamos por desenvolver o estudo com todos participantes da turma, pois acreditamos que todos ou a maioria serão docentes e, portanto, formadores de opinião.

O estudo teve como aportes teóricos autores como Bakhtin (2010), Fairclough (2001), Fiorin (2006), Dionne (2007) e Thiollent (2011) e para fundamentação legal sobre Diversidade afro recorremos à Constituição República Federativa do Brasil, Estatuto de Igualdade Racial, Munanga (2003), entre outros documentos que contribuiriam para esse trabalho de investigação social.

Ressaltamos então, que as atividades metodológicas propostas perpassaram pela observação das aulas, análise descritiva das ações pelos futuros docentes, assim como dos documentos que regimentam o Curso Normal e o educandário, onde o estudo foi realizado, cujo, dados foram obtidos por meio de entrevistas gravadas em áudio a partir de questionários, que serviram como roteiro para essa atividade.

Mencionamos ainda a interação desta pesquisadora com os professores em formação, oportunizando oficinas com explanação e debates sobre as leis e história étnico-racial, além de sugestões práticas de atividades ludo - pedagógicas, as quais procuraram resgatar a valorização da negritude. Procuramos, por meio dessa prática intervencionista num contexto de professores em formação, contribuir com o desenvolvimento desses profissionais no

sentido de que poderão ser multiplicadores de ações que minimizem o preconceito racial nas escolas em que atuarão.

Destacamos que os participantes, nos encontros semanais, tiveram momentos de relatos e reflexões sobre as práticas discursivas e ações propostas (pesquisas, estudos, observações, elaborações de atividades). Assim, os encontros reflexivos, oportunizaram momentos relevantes de conhecimento da história, leis e cultura afro, por meio de explanação deliberativa sobre as leis que normatizam os estudos sobre História e Cultura Afro, bem como, o conhecimento histórico-cultural que perpassa pela temática, evidenciando a linguagem como prática social, a partir de estratégias metodológicas a serem utilizadas em sala de aula, a fim de promover uma mudança social, iniciando pelas ambiências educacionais.

Ao mencionar este tipo de estudo, Dionne (2007, p.11) vê a pesquisa-ação, principalmente como instrumento de “intervenção” na realidade circundante dos pesquisadores, em parceria com os autores implicados em determinadas situações problemáticas.

Nessa concepção sabemos que a pesquisa-ação promove a participação dos pesquisadores envolvidos, na busca de contribuir com as práticas pedagógicas, pois o trabalho aproxima teoria e prática, ao resgatar um processo de construção consciente de sua significação, a partir da interação entre pesquisador e participantes envolvidos, ao considerar-se como um instrumento de intervenção social.

O autor mencionado acima (2007, p. 29) relata que o envolvido na pesquisa é convidado a desenvolver reflexões sistemáticas quanto ao sentido de dar a sua ação e prática.

Essa aproximação entre teoria e prática decorre da prática e da própria pesquisa-ação. Essa aproximação modifica também a maneira de se fazer pesquisa. Em última instância, a pesquisa-ação tem como objetivo modificar uma dada situação. É o objetivo da ação que predomina. O que significa que a pesquisa-ação é antes um modo de ação, uma temática de intervenção de que uma temática de pesquisa.

A partir dessa concepção, percebemos que uma pesquisa social, ao denotar uma investigação-ação contribui para a discussão da temática Diversidade étnico-racial, pelo fato dos participantes da pesquisa conhecerem, refletirem e aplicarem seus aprendizados, ou seja ação –reflexão - ação, pois o objetivo primeiro da pesquisa - ação é de mudança de uma realidade ou situação particular de um determinado grupo. Outrossim, o pesquisador é implicado no processo de transformação social juntamente com os participantes, sendo principalmente um modo de intervenção, uma metodologia de ação.

Nesse sentido, Thiollent (2011) enfatiza que a pesquisa-ação pode ser vista como modo de conceber e de organizar uma pesquisa social de finalidade prática e que esteja de acordo com as exigências próprias da ação e da participação dos atores da situação observada.

Assim, procuramos oportunizar situações de ensino-aprendizagem orientadas, contribuindo para o desenvolvimento social dos futuros docentes em nível médio, para que multipliquem em sua linguagem as práticas sociais pertinentes a positividade da negritude, ao promover mudanças sociais no contexto de seus educandos, permitindo um processo de conhecimento, reflexão e ação.

Souza (2002) ressalta que a metodologia da investigação-ação pode ser entendida como uma orientação à prática cotidiana, a qual possibilita o rigor e a sistematização que exige, por um lado, a investigação e, por outro, a discussão social.

A pesquisa-ação como uma metodologia alternativa e social, apresenta como objetivo auxiliar o aluno em formação docente ser multiplicador de ações sociais, por meio do saber específico pela ação, pois os atores das pesquisas estariam em condições efetivas de transformar o conhecimento sistematizado em mudanças, a partir de um processo iterativo.

No que se refere às características de um trabalho colaborativo CARR & KEMMIS (apud Souza, 2002, p. 27) ressalta que são necessárias três condições mínimas para que haja uma investigação-ação:

A primeira, que um projeto seja planejado com o tema da prática social, considerada como uma forma de ação estratégica suscetível de melhoramentos; **a segunda**, que tal projeto recorra a uma espiral de elos de planejamento, ação, observação e reflexão, estando todas essas atividades implantadas e interrelacionadas sistematicamente e autocriticamente; **a terceira**, que o projeto envolva os responsáveis da prática em todos e cada um dos momentos da atividade, ampliando gradualmente a participação no projeto para incluir os outros afetados pela prática, e manter um controle colaborativo do processo.

Consideramos que a escolha da metodologia perpassa pela ciência de que uma pesquisa-ação envolve desde a prática social como todo processo que demanda as ações do cotidiano, além de observações, percepções e concretude de fatos sobre determinada temática, conforme análise e execução de práticas. Todavia, quando desenvolvido um trabalho colaborativo objetiva-se o melhoramento e a busca de intenções dos participantes, para que sua realidade evidencie mudanças sociais.

Desta forma, Souza (2002, p.26) é enfático ao relatar, conforme definição de CARR & KEMMIS, que:

A pesquisa-ação (action - research) é, sensivelmente, uma forma de indagação auto-reflexiva que empreendem os participantes em situações sociais no intuito de melhorar a racionalidade e a justiça de suas próprias práticas, seu entendimento das mesmas e as situações dentro das quais elas têm lugar (1998, p.174)

Afirmamos que a produção da pesquisa ocorreu por meio do contexto e estrutura social do grupo pesquisado, porém a discussão perpassou pela ação - reflexão - ação, além de questionamentos que ao longo do estudo foram surgindo a si próprio, sobre suas práticas sociais e discursivas e, então pedagógicas, considerando o contexto, suas representações sobre mundo e a temática.

Em relação a essa ideia, Thiollent (2002, p.76) destaca que é necessário que os pesquisadores levem em conta os aspectos comunicativos na espontaneidade e no planejamento consciente de ações transformadoras. Tal comunicação não é concebida como processo unilateral de emissão-transmissão-recepção, e sim como processo multidirecionado e de ampla interação.

Acreditamos que o pesquisador, ao interagir com os protagonistas do trabalho reflexivo e colaborativo, deve considerar todo o contexto e características que permeia o grupo, assim como suas posições sobre a temática em questão. Todavia, o pesquisador terá a possibilidade de interação e mediação, ao levar propostas metodológicas e estratégias, bem como conhecimento e fundamentação teórica para que as ações sejam realizadas com os educandos, tornando-o sujeito da sua aprendizagem e prática educativa.

Em consonância, Thiollent (2002, p.76) evidencia que a questão normativa, que sempre se manifesta na articulação da pesquisa e da ação, é controlada pelos pesquisadores por meio da deliberação coletiva e submetida à aprovação dos grupos de educadores ou alunos aplicados.

Ao propormos uma pesquisa-ação aos docentes em nível médio, na área educacional, a partir da temática Diversidade afro, teve-se a concepção voltada para construção e/ou reconstrução de conceitos por meio de reflexão e debates, que perpassam pelo conhecimento da história, valores e referências étnico- racial, para que assim possamos analisar e refletir a prática discursiva e estratégias aplicadas nas salas de aula com as turmas de Ensino Fundamental anos iniciais e finais.

O método utilizado consiste em uma abordagem em espiral por meio de processos de ação interdisciplinares, visando resolver ou suscitar questões existenciais, ao mesmo tempo pessoais e comunitárias, tendo como razão um processo de ação – reflexão - ação. Com isso, significa que todo avanço implica o efeito recursivo em função de uma reflexão permanente

sobre aspectos e atitudes por parte dos envolvidos nesta investigação-ação, tendo como motivação sugerir possíveis soluções às questões que permeiam o racismo e ações discriminatórias.

Segundo Dionne (2007, p. 12) o pesquisador desempenha um papel importante na aplicação do procedimento de pesquisa-ação, na análise e interpretação dos resultados, mas não detém o monopólio. Existe um compartilhamento do conhecimento com os demais participantes do processo e garantem-se aos participantes-atores a manifestação de suas expectativas e uma total liberdade de expressão distinguindo-se da pesquisa clássica.

Desta forma foi necessário verificar as diferenças existentes entre pesquisa clássica e pesquisa-ação, conforme o quadro abaixo, para que tivéssemos o entendimento necessário ao desenvolver a investigação-ação sobre a temática referida.

Quadro 01 – Comparação entre pesquisa-ação e pesquisa clássica

	Pesquisa clássica	Pesquisa-ação
Objetivo	Saber generalizável por meio de conhecimentos.	Saber específico pela ação.
Relação pesquisador/atores	Pesquisador fora da ação. Atores externos, separados do pesquisador.	Pesquisador implicado na ação. Ator em comunicação contínua.
Escolha do assunto de pesquisa	Campo de interesse do pesquisador. Pertinência científica.	Entendimento ou contrato com um grupo social específico.
Formulação do objeto	Continuidade das pesquisas anteriores (documentação e comunicação científicas).	Pertinência conjuntural. Validação contínua pela prática.
Planejamento	Processo linear.	Processo interativo.
Técnicas de pesquisa	Qualitativas e quantitativas.	Com predominância qualitativa.
Processamento e análise	Aplicação dos procedimentos previstos, externos à ação. Preocupação com a generalização.	Debate, discussões com atores inseridos na ação. Preocupação com a pertinência.
Conclusões	Reinserção teórica (ou conclusões aplicadas).	Reinserção direta na prática.
Difusão	Geral, livre. Utilização não controlada.	Específica, vinculada. Controle em função da ação.

Fonte: Dionne (2007, p. 49)

Nesse sentido verificamos que a pesquisa realizada veio ao encontro da teoria estudada, de acordo com os aportes teóricos mencionados, ao compreendermos que o as diferenças mencionadas acima, quando preconiza a consciência do pesquisador saber que seu papel é relevante num diálogo que articula constantemente o processo pedagógico, o qual os participantes estão inseridos.

Para tanto, entendemos que é relevante a participação do pesquisador, sendo observador e atuante, como dos participantes para que se obtenham resultados verossímeis na investigação- ação, a fim de enriquecer o contexto educacional, evidenciando a reflexão sobre a prática docente em sua linearidade e não de forma impositiva, fazendo valer apenas as leis

por elas próprias, mas sim que o educador tenha consciência da relevância desta temática em sua *práxis*. Logo a educação atinge a formação do indivíduo como um ser social e cidadão.

Quanto ao retorno à comunidade alvo da pesquisa, salientamos que seguimos os pressupostos da pesquisa-ação, ou seja, promovemos um encontro para mostrar os resultados do estudo e fomentar reflexões a cerca da relevância do estudo colaborativo em contextos educativos, pois assim será possível perceber que o “ser docente” é um mediador do conhecimento e não apenas multiplicador de conteúdos programáticos a serem cumpridos ao longo do ano letivo, porém é necessário que tenha conhecimentos para fundamentar sua ação.

Dionne (2007, p. 24) afirma que a pesquisa-ação é, principalmente, um processo de intervenção coletiva assumido por participantes práticos (*praticiens*), com vistas a realizar uma mudança social com a implicação dos atores em situação. A contribuição dos pesquisadores é significativa, em virtude de sua associação orgânica e de sua crítica ao processo.

Em certos aspectos, compreendemos que o trabalho colaborativo demonstra um cunho social ao proporcionar possíveis mudanças teóricas - práticas, pois a capacidade crítica e posicionamento dos envolvidos perpassam à prática e suas estratégias, visando de maneira produtiva à modificação de uma situação social, a partir de intervenções propostas.

Sabemos que o ambiente escolar pode ser um dos responsáveis pela manutenção das desigualdades e da discriminação. Portanto, a história e suas ações perante ela começa a mudar quando acontece a percepção de que a educação requer uma visão de mundo e é proposta a seus futuros educadores, sendo eles elementos centrais da constituição da sociedade moderna. Corroboramos então, que é relevante desenvolver nas escolas o resgate à valorização da diversidade cultural e social inferiorizando o preconceito e discriminação racial, por meio de práticas pedagógicas e sociais, além da utilização de instrumentos ludo-pedagógico, para que a mudança sociocultural se efetive.

Dessa forma, o processo de construção significativa ao “ser docente” interage socialmente com o contexto e práticas socioculturais, além de possíveis pesquisas e extensão a uma comunidade, a qual está inserida, fazendo uso de diversificados aspectos sejam intelectuais, sociais, culturais e emocionais, pois seu “objeto” profissional é um ser humano que nele estão intrínsecos princípios, valores e ideologias. Assim, trabalho colaborativo possibilitou um processo dialógico entre a teoria e prática, fundamentado nas discussões e reflexões realizadas no Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social.

Gostaríamos ainda de referir que o projeto de dissertação foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), da Universidade de Cruz Alta - RS, antes do início da aplicação dos instrumentos da pesquisa, a fim de serem avaliados os aspectos éticos, e foi aprovado sob o número do parecer: 2.055.690, por meio do comprovante nº 016938/2017, Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 65310517. 7.0000.5322, Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, que trata das especificidades éticas das pesquisas nas ciências humanas e sociais e de outras que utilizam metodologias próprias dessas áreas, considerando que a pesquisa em ciências humanas e sociais exige respeito e garantia do pleno exercício dos direitos dos participantes, deve ser concebida, avaliada e realizada de modo a prever e evitar possíveis danos aos participantes, tendo financiamento próprio.

Comprovamos que existe um desconforto e risco mínimo para os alunos em formação docente de nível médio que se submeterem à pesquisa, todavia tivemos o máximo cuidado para não expor nenhum envolvido nas atividades. Dessa forma, aspiramos apenas promover a reflexão de sua prática discursiva perante a Diversidade étnica - racial, uma vez que muitos profissionais da educação afirmam não serem preconceituosos, mas trazem consigo um discurso e ações que demonstram o racismo.³

A pesquisa, após aprovação do CEP teve a realização de observações diretas, entrevista estruturada a partir dos questionários elaborados, sendo que o retorno não foi efetivo dos vinte e cinco participantes. Entretanto, no decorrer do trabalho reflexivo foram proporcionados outros momentos de questionamentos, quando necessários para que a análise fosse enriquecida, além da apresentação de atividades ludo-pedagógico. Em seguida, iniciamos o processo de análise das práticas discursivas que foram recolhidas ao longo das oficinas, a partir dos estudos realizados. Obtivemos alguns sucessos, quando os pesquisados criaram um grupo sobre a pesquisa no aplicativo Whatsapp, por iniciativa própria, como utilização de contatos sobre curiosidades, postagens, reportagens e informações referentes à negritude.

Entendemos, então, que ao oferecer mais conhecimento e esclarecimentos sobre a temática oportuniza-se a (re) construção de pensamentos, ações, bem como a linguagem como prática social perante a sociedade e comunidade escolar, como proposição às mudanças sociais. Ademais, temos ciência que enquanto formador de opinião, o educador deve ter conhecimento da história que perpassa nossa evolução, para ter segurança e domínio ao referir-se a esta temática. Portanto, ter acesso a novas estratégias e metodologias de ensino,

³ Texto referido no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido entregue ao participante da pesquisa-ação, elaborado pela autora.

motivam e fortalecem o docente perante seus educandos, proporcionando um ambiente prazeroso e ao mesmo tempo motivador ao aluno.

Com isso, verificamos que a abordagem sobre Diversidade educação étnico-racial, em sala de aula cada vez mais ganha espaço e faz-se necessária, tornando assim um tema rotineiro em sua discussão e tratativas, na tentativa de amenizar o preconceito e discriminação racial, para que assim possamos viver uma mudança social de certos paradigmas alusivos à um mundo igualitário.

3 A LINGUAGEM COMO PRÁTICA SOCIAL NA DISCUSSÃO AFRO

A história brasileira e do negro, propriamente dita, interagem na formação da nação e, acompanha preceitos pré-estabelecidos por décadas, quando se trata da evolução da história e cultura afro, bem como a historicidade que permeia a negritude. Sabemos que os negros eram trazidos ao Brasil contra sua vontade, a fim de trabalharem como mão de obra escrava em lavouras e demais atividades. Todavia, eram submetidos a humilhações e discriminações, uma vez que seus senhores se julgavam donos e tratavam os negros escravos como mercadorias, muitas dessas, por meio da linguagem, estabelecendo muitas vezes, relações forçadas entre senhores e escravos, iniciando o processo de miscigenação.

Dessa forma, no que diz respeito à história afro/brasileira e africana, discutimos na sociedade constantemente a evolução histórica dentre resistência, libertação, busca por espaços, reconhecimentos, oportunidades e igualdade, sob a desconstrução de uma representação negativa, pois o negro vive contextos, ainda hoje, de situações onde o expõe sob preconceito, discriminação e marginalidade.

Nesse sentido é relevante compreender o uso do termo *raça* do ponto de vista científico, assim como o popular habitual, que está enraizado culturalmente por alguns anos, como uma população com seu patrimônio genético agregado a história e cultura desse povo. Assim, podemos fornecer um cenário social em que os participantes possam trabalhar unidos nessa pesquisa-ação, projetando uma linguagem de ação e valorização.

Muito se discute ao longo dos anos que do ponto de vista científico, o termo *raça* possui duas acepções para seu entendimento social, sendo de cunho sociológico, quando designa as características políticas ou culturais dos grupos, decorrentes de sua história comum. E, ainda sob acepção biológica, ao designar um grupo de indivíduos por terem uma parte importante de seus genes em comum, e que podem ser diferenciados a partir desses genes.

Entretanto, percebemos a necessidade de trabalhar com os docentes em nível médio, tais conceitos para que tenham entendimento de sua significação à história e cultura, como forma de ação - reflexão - ação, ao (re) construírem seus posicionamentos quanto à temática, assim os sujeitos envolvidos terão conhecimento e argumentação, para uma prática discursiva relevante para o ensino-aprendizagem, a fim de desconstruir a classificação racial existente na sociedade.

Segundo Munanga (2003) relata que o conceito de racismo foi criado por volta de 1920 e por razões lógicas e ideológicas, o racismo é geralmente abordado a partir da raça, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções. Com efeito, com base nas relações entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estes últimos suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais.

A necessidade e a relevância da discussão e compreensão acerca dessa temática e seus conceitos evidencia-se a partir do momento em que futuros docentes irão mediar e ensinar conhecimentos a seus alunos, dos anos iniciais do ensino Fundamental – formação científica de uma criança, capazes de torná-los cidadãos atuantes na sociedade de forma positiva ou negativa. Desta forma, a reflexão de certos conceitos implica na ação para uma mudança social, por meio de uma prática discursiva capaz de amenizar a distinção de grupos por sua cor e raça, coibindo práticas discriminatórias.

Assim, fundamentamos o trabalho em contexto, com propósito de reflexão e planejamento de práticas e estratégias que perpassem a teoria, ou seja, ação – reflexão- ação, além de uma pesquisa-ação qualitativa, a fim de propiciar um melhor aprendizado diante de conceituações e reformulações de estigmas que proporcionem cisão racial, bem como a prática discursiva que se faz importante ao vislumbrar mudanças sociais no que tange à Diversidade afro.

Munanga (2003) menciona que o racismo é uma ideologia que postula a existência de hierarquia entre grupos humanos, podendo constituir uma armadilha ideológica, na medida em que pode levar à banalização dos efeitos do racismo, ou seja, a um esvaziamento da importância ou da gravidade dos efeitos nefastos do racismo no mundo.

Com isso, torna-se relevante a compreensão de que a linguagem como uma prática social tem muito a contribuir, na tentativa de amenizar o preconceito e discriminação racial, pois o conhecimento e conscientização se dão por meio do discurso que perpassa o cotidiano da sociedade. Nesse caso é pertinente que essa ação – reflexão - ação comece em ambiências escolares, a fim de propagar uma prática discursiva igualitária, independente de cor e raça.

Entendemos ser imprescindível também que o educador tenha consciência de que o preconceito se caracteriza como um julgamento prévio, negativo determinando que as pessoas sejam estigmatizadas por estereótipos. Assim sendo, a discriminação racial é conceituada

como uma distinção, exclusão, restrição ou preferência baseadas em raça, cor e descendência ou origem nacional ou étnica, conforme o Programa Nacional de Direitos Humanos (1998).

Nesse sentido, Benveniste (2008) denota que a linguagem se configura como uma prática social no processo de formação deste futuro educador, tendo em vista que é por meio deste processo de interação na/pela linguagem que o homem se constitui como sujeito e, portanto, torna-se um multiplicador de ideias.

Assim, acreditamos que o elemento persuasivo está afixado ao discurso, pois é muito difícil revelarmos manifestações discursivas que escapem à persuasão, no que tange a linguagem. Com isso, percebemos que o docente ao multiplicar determinada temática irá fazer uso de elementos persuasivos, conforme seu contexto e conhecimento.

Constatamos, então, que não há comunicação verbal sem valores ideológicos, ou seja, toda prática discursiva sempre será persuasiva, evidenciando a centralidade da linguagem na vida social. Por isso, a importância do professor conhecer a historicidade étnico-racial, bem como, as leis que regem a negritude e, porque são inclusas nas ambiências escolares.

Tendo em vista, faz-se necessário que o professor esteja preparado para discutir com seus alunos temas que evidenciem o contexto de vida e pensamentos constitutivos do ser, a partir do processo de significação que se dá ao discurso, assim como a representação sobre “diversidade étnico-racial”, tornando-a rotineira na escola e não somente em festividades alusivas ao tema.

Sabemos então, que o processo educacional precisa estar em constantes mudanças socioeducacionais, para que a escola seja um espaço onde se possam promover tais observações e ponderações, com intuito de materializar as aspirações, conflitos e incertezas vividas. Entretanto, sua evolução muitas vezes, parece ter se estagnado, já que, praticamente, o mesmo tipo de estabelecimento de ensino vem sendo ofertado aos educandos, de modo bastante desatualizado, uma vez que ainda existam preconceito e discriminação racial, fazendo-nos inferir qual a razão desse hiato criado e quais as intenções existentes atrás da descontextualização do espaço escolar.

Acreditamos que o espaço escolar se evidencia, portanto como de suma importância para a inclusão de um trabalho diversificado e interdisciplinar, ao considerar iniciativas para que o processo pedagógico venha interferir em mudanças sociais, no que tange as desigualdades étnico-raciais e discriminatórias. Com isso, sabemos que a origem deste ambiente se adequou ao longo do tempo, conforme as propostas culturais e sociais nas quais se está inserido, sendo que a educação como um todo visa sua qualidade e bem-estar.

Reconhecemos então, que a relação professor/aluno, assim como a sala de aula, envolve o pensamento ideológico e organização de uma sociedade na qual os integrantes à linguagem como representação de mundo. Observamos que os educandários são elementos atrelados à essência deste resgate, tanto na prática discursiva, quando for integrante de uma sociedade e/ou quando regente de uma classe em um ambiente escolar.

Freire (2002, p.22) posiciona-se que a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática, sem a qual a teoria pode ir virando blablablá e a prática, ativismo.

Dado ao exposto, verificamos que além da escola e comunidade escolar, alguns princípios norteadores fazem parte da valorização destes paradoxos e fundamentam um trabalho consciente, construindo um pensamento e discurso, que estimulem a linguagem adequada, para que não se permita certas falas, piadas, ditadas ou afirmações servindo para um pensamento preconceituoso em um ambiente de escolaridade.

É de fundamental importância que ao valorizar a diversidade brasileira, na construção da sociedade nacional, a lei nº 10.639/03 gera uma demanda específica: formar docentes capacitados para ensinar determinados conteúdos, presentes ou não nos currículos escolares e na formação profissional.

Freire (2002, p. 22-23) é enfático ao afirmar que:

Se, na experiência de minha formação, que deve ser permanente, começo por aceitar que o *formador* é o sujeito em relação a quem me considero o *objeto*, que ele é o sujeito que *me forma* e eu, o *objeto* por *ele formado*, me considero como um paciente que recebe os conhecimentos conteúdos- acumulados pelo sujeito que sabe e que são a mim transferidos. Nesta forma de compreender e de viver o processo formador, eu, objeto agora, terei a possibilidade, amanhã, de me tornar o falso sujeito da “formação” do futuro objeto de meu ato formador. É preciso que, pelo contrário, desde os começos do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos

Salientamos que o professor deva estar em constante formação, nos mais variados temas, sendo que o assunto proposto por essa dissertação, evidencia a linguagem e sua prática sobre negritude, visto que muitas vezes o docente demonstra certa opinião e em sala de aula evidencia outra, sem um o conhecimento do que implica certas temáticas, impossibilitando uma formação crítico-reflexiva e cidadã ao discente. Com isso, reproduzem-se temas relevantes para a sociedade apenas em datas comemorativas, tornando ainda mais ilustrativos e não reais, pois é preciso o “pertencimento” para conhecer e valorizar de forma consciente e com respeito.

Nesta perspectiva, entendemos que a interação social por intermédio da língua caracteriza-se fundamentalmente, pela argumentação e persuasão e, em consequência disso, vemos a todo instante a necessidade de reflexão sobre as práticas pedagógicas, bem como a prática discursiva do professor, para que o ensino-aprendizagem se torne aliado do conhecimento de mundo do aluno, primando pelo resgate de valores socioculturais, estabelecendo uma relação dialética.

Nesse contexto, Fiorin (2006, p. 18), com base na teoria bakhtiniana, relata que segundo Bakhtin, a língua, em sua totalidade concreta, viva, em seu uso real, tem a propriedade de ser dialógica. Essas relações dialógicas não se circunscrevem ao quadro estreito do diálogo face a face, que é apenas uma forma composicional em que elas ocorrem.

Desta forma, acreditamos que os enunciados manifestados podem provocar um debate ou ainda gerar variadas interpretações, uma vez que a linguagem estabelece relações interpessoais sob visões de mundo, pois a prática discursiva é desenvolvida em um dado momento, tendo inúmeros sentidos e significações.

Fiorin (2006, p.27) menciona ainda que os conceitos de individual e de social, em Bakhtin, não são, porém, simples nem estanques. Em primeiro lugar, o filósofo mostra que a maioria absoluta das opiniões dos indivíduos é social. Em segundo, explica que todo enunciado se dirige não somente a um destinatário imediato, cuja presença é percebida mais ou menos conscientemente.

A partir desta afirmação, percebemos que o professor em formação deve ter ciência da distinção dos conceitos de individual e social, para que possa ministrar sua aula embasando seu posicionamento ao fundamentar a Diversidade étnico-racial, a fim de proporcionar ensino-aprendizagem a seu educando, desconstruindo a representação negativa e marginalizada do negro na sociedade, que ainda permeia nossos espaços. Com isso, poderá firmar a interação sócio comunicativa entre professor e aluno, tendo o discurso como uma prática social, capaz de promover mudanças sociais.

Além disso, Bakhtin (2010, p. 279) é enfático ao frisar que todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua/Discurso, pois se efetua em forma de enunciados sejam orais e escritos, constituindo a sociedade dentre seus valores e princípios.

Denotamos então, que o ser humano, ao desenvolver sua opinião sobre determinadas temáticas e ao estabelecer suas representações de mundo, estará suscetível às diversificadas influências que decorrem por meio da linguagem, uma vez que a discussão permite a reflexão

entre conhecimento e prática, proporcionando ao aluno um debate crítico- reflexivo, além da construção de um cidadão consciente de seu posicionamento e discurso.

É de conhecimento que em um mundo de grandes desigualdades, nem sempre é fácil enfrentar as diferenças, principalmente no âmbito educacional, cabendo à escola resgatar valores, na perspectiva de um contexto igualitário/inclusivo. Por isso, torna-se relevante que a formação docente seja continuada, desde o curso normal, propiciando reflexão sobre valores e princípios, enquanto cidadão e profissional da educação, conforme contexto de mundo, atrelados ao cuidado de sua prática discursiva.

Nessa perspectiva, Souza (2002, p. 16) ressalta que a linguagem é uma forma de ação social, possível de ser entendida, a partir, das manifestações linguísticas em uso, considerando-se determinados fatores como as convenções sociais, as intencionalidades e os elementos contextuais responsáveis pela significação dessa linguagem.

Percebemos, portanto, que a linguagem perpassa a todo instante pela prática social, à medida que seu uso possibilita a aplicabilidade no processo formativo, quando o docente multiplica sua reflexão sobre Diversidade afro, ao amenizar a problemática étnico-racial que permeia as ambiências escolares, por meio da relação dialética entre comunicação e linguagem.

Cabe lembrar, segundo Brandão (2006, p.8) que Paulo Freire nos ensina que a visão do educador deve, necessariamente, respeitar o educando; ou seja, “ensinar exige reconhecimento e assunção da identidade cultural”.

Em virtude dos fatos mencionados, enfatizamos que a valorização das vivências contextuais do aluno, assim como, sua identidade enquanto cidadão e contexto promovem uma prática educativa perceptível ao processo ensino-aprendizagem, ao evidenciar discussão e reflexão quanto ao tema desta pesquisa-ação, pois o docente em formação ao manifestar seu posicionamento evidencia sua interpretação de mundo.

Ao abordar essa questão, o Art.2º do Estatuto da Igualdade (2003, p.8) argumenta que é dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independente da raça ou cor da pele, o direito à participação na comunidade, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais.

Portanto, torna-se relevante conhecer as leis que regimentam nossas ações enquanto ser social, para que assim possamos debater as relações étnico-raciais na/pela prática discursiva, tornando-se docentes conscientes e críticos, à medida que estiver frente a uma situação-problema, referente a preconceito e discriminação racial.

Nesse sentido, Fairclough (2001) apresenta a concepção do discurso em três dimensões, conforme figura abaixo:

Figura 1 – Dimensões do discurso

Fonte: Fairclough (2001, p. 101).

Na concepção Faircloughiana sobre a interação de comunicação e a análise da prática discursiva, a primeira dimensão é o texto, onde a análise pode ser organizada pelo vocabulário, a gramática, a coesão e a estrutura textual. Assim, a prática discursiva é composta pela força dos enunciados, a coerência dos textos e a intertextualidade dos textos.

A segunda dimensão é denominada como prática discursiva, cujo discurso é uma forma de prática social. Os textos são fundidos nos variados contextos sociais e vice-versa, podendo ser esse consumo individual ou coletivo.

Já a terceira dimensão é constituída como prática social, pois a produção da linguagem reproduz e também transforma as práticas sociais. Entretanto, a prática discursiva passa a ser vista como uma ação social, relacionada à ideologia e poder, sendo assim, a linguagem possui o poder de mudança social, pois a interação promovida passa a ser um evento sócio-histórico-cultural, uma vez que é por meio da linguagem que o indivíduo se constitui.

Nessa perspectiva, compreendemos a linguagem como essencial e, portanto, mediadora entre espaço educacional e a sociedade, pois as práticas discursivas ocorrem por meio dela. Desse modo, a prática discursiva fomentada nas ambiências escolares, tanto para docentes, discentes e comunidade escolar, será fator importante para a mudança social, pois o discurso multiplicador e intervencionista, poderá promover um ambiente transformador, gerando consciência de que há necessidade em amenizar o preconceito e discriminação racial, para que tenhamos respeito e dignidade enquanto seres sociais.

A partir das reflexões acerca de manutenção das desigualdades e da discriminação racial, os ambientes escolares são fundamentais no rompimento da inferiorização e ridicularização que ainda atinge grande parte dos negros. Entretanto, é imprescindível que os cursos de formação de professores em ensino médio atuem em um diálogo constante entre professor formador e professor formando, esclarecendo e mediando dúvidas sobre

Diversidade afro, pois os conflitos étnicos, a discriminação racial, bem como o preconceito e intolerância acompanham a trajetória histórico-cultural do ser humano ao longo dos tempos, mesmo que de forma invisível a maioria da população.

Com isso, é imprescindível que o professor – formador de opiniões seja capaz de multiplicar uma prática discursiva onde suas manifestações sejam de conhecimento, valorização e pertencimento a uma história composta por um mosaico étnico e uma pluralidade cultural. A partir dessa identificação como pertencente de uma história- política-sociocultural, o futuro educador conseguirá concretizar seu ensino-aprendizagem de forma justa e igualitária, evidente em seu planejamento e estratégias discursivas uma mobilização social, tornando seu alunado crítico e reflexivo, onde a “lei da sementeira⁴” faz-se relevante.

3.1 A documentação vigente para o ensino que contemple a discussão étnico-racial.

Em meio às diversidades de valores e culturas em que estamos inseridos, ao destacar as divergências existentes no contexto escolar frente à temática da cultura africana e afro-brasileira, objetiva-se despertar a valorização e conscientização, na tentativa de um mundo sem discriminações, por intermédio de práticas discursivas, bem como estratégias aplicadas à metodologia do futuro docente em nível médio e também ao educando, de que o ser humano não se distingue pela cor e raça e que pertencemos a um processo histórico arraigado de traços culturais e políticos - sociais.

À vista disso, reconhecemos que nos primórdios da história da sociedade humana, o indivíduo se identificava basicamente com o clã e/ou a aldeia em que vivia, oportunizando com que os diversos grupos desenvolvessem crenças, costumes, formas de comunicação, idiomas, manifestações artísticas e de sobrevivência diferentes, originando, assim distintas culturas.

A partir deste propósito, ressaltamos o processo histórico de luta de um povo que vivencia o preconceito e discriminação racial ao longo de sua existência, devido à história evidenciar apenas uma raça como valorizada socialmente. Todavia, conhecemos que na história do Brasil, instituiu-se a Constituição do Império do Brasil (oficialmente

⁴ “Lei da Sementeira” – Conforme passagem bíblica significa que “colhemos o que plantamos”._“Quem sai andando e chorando, enquanto semeia, voltará com júbilo, trazendo os seus feixes” (Salmos 126:6)._“Quem somente observa o vento nunca semeará, e o que olha para as nuvens nunca segará” (Eclesiastes 11:4)._“O que semeia a injustiça segará males; e a vara da sua indignação falhará” (Provérbios 22:8)._“Fará sobressair a tua justiça como a luz e o teu direito, como o sol ao meio-dia” (Salmos 37:6).

denominada **Constituição Política do Império do Brasil**) de 1824, sendo a primeira constituição brasileira. Em consequência disso, a carta constitucional foi encomendada pelo imperador Dom Pedro I, sendo uma constituição a favor de outrem. Tal documento definia ainda que seriam considerados cidadãos brasileiros os homens livres no país, e não os escravos, mesmo que eventualmente fossem a ser libertos, contrário à Constituição de 1824, conforme a história brasileira.

Desta forma, ao longo dos anos – em suma na década de 70, com o surgimento dos novos movimentos sociais, exatamente em 1978 com a retomada das organizações negras, após o afastamento ocorrido em função do auge do período ditatorial – a educação conquistou seu espaço em destaque. Assim, a Constituição Federal de 1988, lei esta, maior do país, quando hierarquicamente rege todas as demais que organizam a sociedade brasileira, em seu artigo 3º, estabelece que o Brasil seja um “Estado Democrático de Direito”, fundamentando referências à “cidadania”, “dignidade da pessoa humana” e do “pluralismo”.

Com isso, o cenário se tornou ainda mais favorável na Constituinte de 1988, quando o ensino da história do negro no Brasil passa a considerar as diferentes culturas e etnias, sendo uma das exigências das entidades negras que tinham entendimento que sua identificação se confundia com a própria nação brasileira e acompanhava sua evolução histórica e social.

Santos (2012) ressalta que na primeira metade da década de 90 do século XX, foi realizado um dos eventos mais significativos para o movimento negro brasileiro, a Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida. Recebidos por Fernando Henrique Cardoso, no Palácio do Planalto, os/as organizadores/as entregaram ao presidente o “Programa de Superação do Racismo e Desigualdade Racial”, ato que culminou em mudanças como a revisão dos livros didáticos ou mesmo eliminação daquelas obras que traziam os/as negros/as de forma estereotipada, vinculados a valores pejorativos.

Nessa concepção, Bakhtin (2010, p.2001) afirma que o mundo da visão artística está organizado, ordenado e acabado, sem levar em conta o pré-dado e o sentido, ao redor do homem de quem constitui o ambiente de valores: vemos coisas e as relações – de tempo, de espaço, de sentido – existente ao seu redor, tornarem-se constituintes artísticos significantes.

Com base nessa concepção, compreendemos que a lei institui uma normativa comum a todos os cidadãos, a fim de propiciar uma organização social, para que se viva em determinadas ambiências, garantindo os direitos e deveres de todo ser, seja ele branco ou negro. Entretanto, as leis fazem-se necessárias no processo de gestão e políticas públicas, pois há debates históricos sobre a Diversidade étnico-racial, na tentativa de assegurar, um tratamento sem discriminação a toda humanidade que advém desde a época da escravidão,

onde “Senhores - seus donos” humilhavam os escravos por considerarem suas propriedades, porém os escravos atrelados a movimentos negros buscavam igualdade de direitos, luta essa que abarcou muito sofrimento à humanidade.

Ainda se destacam nos artigos constituintes da Constituição República Federativa do Brasil (1988) objetivos fundamentais que perpassam no contexto da igualdade racial: “construir uma sociedade livre, justa e solidária”; “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” e, especialmente, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Após novas regulamentações no contexto educacional, conforme Cabette (2016) o artigo 5º da Constituição Federal estabelece em seu “caput” que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. Esse é o denominado “Princípio da Igualdade” que veda qualquer “discriminação negativa”, ou seja, que venha a prejudicar qualquer categoria social, religiosa, racial, profissional, entre outras. Mas, ao mesmo tempo impõe em certos casos uma chamada “discriminação positiva”, visando promover uma igualdade material para além da igualdade formal estabelecida legalmente.

Muitas vezes é necessário tratar desigualmente os desiguais e igualmente aos iguais. É nesse contexto que se erigem as normas legais que privilegiam em nosso ordenamento jurídico os povos negros e sua cultura, a fim de combater e compensar o tratamento discriminatório negativo vigente por séculos.

É notório que em um mundo de grandes desigualdades sociais e culturais, o preconceito e discriminação racial evidenciam consequências que perpassam toda história humana, uma vez que o negro desde a escravidão sofre violência verbal, física e psicológica muitas vezes, sendo por meio da prática discursiva sua principal agressão, pois o humilhavam e denegriam suas condições psíquicas e sociais, somente por sua cor, marginalizando-o. Com isso, enfrentar a diversidade, principalmente no âmbito educacional acaba muitas vezes gerando exclusão social deste educando, sendo que como professor nos permite ressignificar a história e valores, ao proporcionar reflexão e ação conforme variados mecanismos legais⁵ que amparam a trajetória do negro.

Com isso, segundo o Inciso I, do parágrafo Único do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010) considera-se “discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem

⁵ Entendem-se como mecanismos legais as leis, decretos, convenções, organizações, movimentos, artigos, incisos e parágrafos que fundamentam e coíbem a distinção e exclusão de um cidadão seja por sua cor e/ou raça.

nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos políticos, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada”.

Sabemos que enquanto educadores e como cidadãos devemos respeitar a identidade e saberes do aluno, no intuito de promover um espaço social de igualdade, pois o ensino-aprendizado vai além conteúdos programáticos. Desta forma, é relevante ter conhecimento da documentação que regimenta a organização de uma sociedade, para que se ponha em ação com consciência sua prática discursiva de forma coerente e justa.

Em consequência as especificidades das desigualdades raciais, a SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) é responsável pela formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial e proteção dos direitos dos grupos raciais e étnicos discriminados, com ênfase na população negra. No planejamento governamental, à pauta da inclusão social, foi incorporada a dimensão étnico-racial e, ao mesmo tempo, a meta da diminuição das desigualdades raciais como um dos desafios de gestão.

Desta forma, por sua vez o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Planapir), aprovado no Decreto Nº 6.872, de 4 de Junho de 2009, ressalta a necessidade de se considerar a dimensão étnico racial nas políticas públicas em geral, para que haja respeito à diversidade cultural e histórica como conhecimento agregado a nossa historicidade.

Assim, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004):

Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola. As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. Para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar é necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa. A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários.

Acreditamos que a sociedade atual na qual estamos inseridos, requer profissionais com características de autonomia, criatividade, capazes de adaptar-se às mudanças pluriculturais, atrelando à escola formar cidadãos com esse perfil, pois a informação-educação está aberta a

todos, precisando desenvolver nos docentes em nível médio, a reflexão e análise, assim como a (re) construção da opinião própria com consciência de direitos e deveres ao posicionar-se enquanto cidadão, atuantes em um grupo social.

Conforme, Cabette (2016) o início desse tratamento discriminatório positivo encontra-se na própria Constituição no corpo dos incisos do artigo 5º supramencionado. Estabelece o inciso XLI que “a lei punirá qualquer discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais” e em seguida o inciso XLII determina que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”.

Dado ao exposto, consideramos que o docente ao estar diante de sua classe deve estar preparado e consciente de seu papel ao interagir com pessoas dos variados meios e contextos, pois a compreensão e interpretação das leis em algumas vezes permitem uma certa ambiguidade de sentidos.

Como podemos perceber a leitura das leis que regimentam a “igualdade” de um povo perante a lei e sua diversidade histórica, cultural e social vai além a sua totalidade de uso real, pois a interpretação e compreensão que estabelece a relação teórico/prática para que seja possível repensarmos nossas ações diante das atitudes de desrespeito com os afrodescendentes que formam a maioria da população brasileira.

Para tanto, no contexto de conquistas que a história da humanidade apresenta, verificamos que o discurso que impera em nosso país em sua grande maioria é o de que somos uma nação sem preconceito de cor e vivemos em uma “democracia racial”, onde todos têm os mesmos direitos amparados pela constituição, porém na realidade a sua aplicabilidade em relação aos brasileiros afrodescendentes, prevalece o discurso estigmatizado, internalizado há muito tempo por nossa sociedade, de que a raça negra é inferior a raça branca.

Gostaríamos ainda de referir, que o espaço de lutas do povo negro marcou a primeira conquista com a abolição da escravatura, e assim sucessivamente demais avanços relacionados com sua posição na sociedade vem de resultados de seu trabalho e mobilizações constantes em prol de seu reconhecimento e identidade, não sendo suficiente muitas vezes por haver racismo e ações discriminatórias por parte de uma maioria.

Verificamos então, que a análise documental, bem como a leitura e interpretação proposta sobre as leis, que amparam os direitos e deveres individuais e coletivos de uma sociedade, ao garantir que todos são iguais perante as leis, visam discussões e momentos de reflexões sobre a Diversidade afro e suas relações étnicos raciais, desde as ambiências escolares, fazendo-se necessárias na formação docente em nível médio, visto que enriquece e possibilita a teoria e prática pedagógica.

Em decorrência às leis que descrevem e determinam a Diversidade afro, na tentativa da igualdade de um povo, os pressupostos desse aparato teórico fundamentam que as diferenças expressas na cor da pele, não estabelecem a diferença social, somente pelo físico, visto que “ninguém é superior a ninguém”. Consequentemente, a escola torna-se relevante ao legitimar o progresso de uma prática discursiva preconceituosa e racista. Embora, o fato da sociedade pretender a democracia racial faz com que a discriminação seja revista e ressignificada por meio de representações dialógicas, em que a linguagem como uma prática social resgata a valorização humana.

Nesse sentido, conforme o Programa Nacional de Direitos Humanos (1998) estabelece *discriminação* como à conduta (ação ou omissão) que violam direitos, das pessoas com base em critérios injustificados e injustos tais como a raça, o sexo, a idade, a opção religiosa e outros.

A discriminação é algo assim como a tradução prática, a exteriorização, a manifestação, a materialização do racismo, do preconceito e do estereótipo. Como o próprio nome diz, é uma ação (no sentido de fazer ou deixar de fazer algo) que resulta em violação de direitos.

Em virtude do que foi mencionado entendemos que se faz necessário ter conhecimento das leis que fundamentam a Diversidade étnico-racial, a fim de ressignificar o discurso do educador, bem como qualificar sua prática pedagógica, fortalecendo o ensino-aprendizagem e contribuindo para a discussão da história e cultura de um povo.

Com base nas discussões sobre a diversidade afro que se estendem ao longo de décadas, luta essa dos movimentos étnico-raciais, a fim de desmistificar os variados conceitos de racismo, preconceito e discriminação que permeiam a sociedade brasileira, instituiu-se um decreto que cria o Plano Estadual de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, no Rio Grande do Sul. Com isso, a medida determina a inclusão da educação das relações étnico-raciais nas redes estadual, municipal e privada, bem como as histórias e culturas afro-brasileiras, africanas e dos povos indígenas. O plano é resultado de um grupo de trabalho nomeado pelo Decreto Estadual nº 50.725, em 2013, e reafirmado pela Portaria Estadual 299 de 2015.

Na oportunidade vislumbra-se o decreto sancionado na data de 28 de novembro de 2017, como uma referência pedagógica aos educandários, docentes, discentes e comunidade escolar, com propósito de discutir questões multirraciais e valores de convivência, as quais perpassam políticas públicas decorrentes de uma organização social.

À vista disso, sabemos que mesmo no século 21 ainda existem manifestações racistas, por meio de práticas discursivas e/ou ações discriminatórias, sendo que elas muitas vezes

decorrem do desconhecimento do protagonismo histórico – político - cultural que forma nosso país. Todavia, acreditamos que as ambiências escolares têm papel fundamental na concretização de uma transformação social.

3.2 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

A partir do crescimento de reflexões e debate em âmbito nacional, a educação escolar disciplinou-se, ao abranger processos formativos, o qual no ano de 2003 resultou, na alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com a sanção da conhecida lei 10.639, que determinou os seguintes artigos:

Art. 26 – A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1ª – O Conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2ª – Os Conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Diante desta contextualização, tais dispositivos legais foram elaborados na tentativa de sanar o preconceito e discriminação racial em âmbito educacional, tendo a escola como principal espaço de reflexão e conscientização, para que a diversidade como um todo fosse reconhecida, propiciando aos docentes e discentes conhecimentos necessários, para que todos possam posicionar-se e respeitar os direitos e deveres perante a sociedade e suas relações dialéticas.

Em consonância às reflexões acerca de manutenção das desigualdades e da discriminação racial, os ambientes escolares tornam-se relevantes no rompimento de práticas sociais que venham a inferiorizar e ridicularizar pessoas por sua cor. Entretanto, a constante mobilização por parte dos movimentos e comunidades negras conquistou o reconhecimento e ensino da história do Brasil, considerando diferentes culturas e etnias.

A promoção da igualdade por parte das intervenções educacionais caracteriza uma transformação social nas escolas, a fim de tentar eliminar a chamada “discriminação racial invisível”. Todavia, as ambiências escolares devem destacar a ação de educar como uma construção política e ética, tendo como propósito este trabalho colaborativo, ao fundamentar a formação de futuras docentes.

Conforme o marco fundamental da luta contra o preconceito e discriminação racial a Lei Federal nº 10.639/2003 inclui no Artigo 26 da Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB) a obrigatoriedade do “ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira” nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, oficiais e particularidades. (Brasil, 2003). Determina-se então, que os conteúdos a serem incluídos são o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

Ao refletirmos sobre o pré-julgamento e discriminação sobre a Diversidade afro firmase a ideia de que a escola tem um papel formador, destinado a assegurar o exercício dos direitos e deveres dos educandos, ao manter o respeito quanto ao cidadão, seu posicionamento, identidades e relações enquanto ser social.

Partindo do pressuposto de que esse estudo atrelado à pesquisa-ação promoveu o conhecimento e compreensão da diferença como diversidade, perpassando pelo trabalho conjunto do sistema educacional, a partir de formação por meio de oficinas que proporcionem o conhecimento do estatuto das leis e estratégias educacionais, reconhecendo em sua prática e metodologia, ações que tentem sanar o preconceito e discriminação racial de forma rotineira.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais (2004), para obter êxito a escola e seus professores não podem improvisar, mas sim desfazer a mentalidade racista e discriminadora que acompanha a historicidade, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos e práticas discursivas. Percebemos, então, que o ponto de partida estabelecido na lei, é a descortinação e reconhecimento da temática proposta, refletindo sobre a complexidade que envolve a construção da identidade negra no Brasil. Assim, a escola e professores têm papel fundamental na construção do aluno como cidadão crítico-reflexivo, atuante na sociedade.

As Diretrizes (2004) preveem que as pedagogias de combate ao racismo e a discriminações elaboradas com o objetivo de educação das relações étnico-raciais positivas têm como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra.

Somos levados a acreditar que por meio das práticas educacionais, atreladas à teoria proposta nos cursos normais, destaca-se a prática discursiva frente ao educando, pois ao iniciar a formação para profissionalização docente em nível médio, faz-se necessário fomentar a reflexão sobre a linguagem no processo formativo sobre a inclusão da temática Diversidade afro, e também no contexto escolar visando à implementação de propostas alternativas que valorizem a igualdade racial, para que sejam formadoras de opiniões.

O debate na educação proporciona uma nova relação e amadurecimento no modo de ver próprio do indivíduo, a fim de efetivar mudanças comportamentais e culturais, perante a temática em questão. Entretanto, estudiosos e representantes, da mesma forma que integrantes de movimentos negros percebem a importância de a escola reescrever a história, não se desfazendo da existente, porém abolindo pré-conceitos já vivenciados e elaborados como verdades absolutas, valorizando o ser humano, independente de sua cor e raça.

Ao resgatar o conhecimento das leis que fundamentam a Diversidade étnico-racial, conhecemos que na Constituinte de 1988, o ensino da história do Brasil, era exigência das entidades negras, que muito lutavam por igualdade, pois a escola era vista como uma forma deste povo ascender socialmente, integrando seu espaço dentro da sociedade com a devida valorização e dignidade.

Realçamos que a desigualdade existente em nossa sociedade é uma questão que não podemos ignorar, pois o racismo perpassa uma relação desigual e injusta que infere valores e princípios, os quais, mesmo em meados do século XXI, são reconhecidos nas mais variadas classes sociais, intelectuais e econômicas, e ainda nos variados espaços, porém muitas vezes de forma sutil.

Brandão (2006) frisa que os jovens afrodescendentes vêm sofrendo discriminação e o preconceito racial de forma acentuada, pois às singelas condições da educação nos estabelecimentos públicos de Ensino Fundamental e Médio, facilitam as práticas preconceituosas e discriminatórias presentes em sala de aula, nos materiais didáticos e na prática discursiva, que muitas vezes acontece por falta de conhecimento das leis e história, comprometendo a integridade e ensino-aprendizagem deste cidadão.

Cabe então, ao espaço educativo possibilitar o resgate e/ou início dos valores, enquanto cidadão de seu educando, atuante em um grupo social para um contexto igualitário. Por isso, torna-se relevante proporcionar ao público educacional reflexões e conhecimento da história da África e diversidades culturais oriundas deste povo, além das leis que regem tal temática, propiciando reconhecimento de suas influências, conforme contexto de mundo, para que sejam aplicados em sua prática educativa e estratégias de metodologia.

Nesse sentido, percebemos a importância de refletir a inclusão e efetivação das leis previstas para os temas contemporâneos que abordam a diversidade afro, com intuito de qualificar o trabalho pedagógico e suas estratégias educacionais, ao auxiliar a comunidade escolar no enfrentamento do preconceito racial. No entanto, a valorização do cidadão negro perante a sociedade e a si próprio, dá-se a inserção de uma educação inclusiva, onde o docente em formação possa vivenciar a história e cultura afro, para que venha a qualificar a educação, possibilitando mudança social à sociedade.

Como determina as diretrizes educacionais e as leis que regimentam a diversidade afro, o ser em formação docente em nível médio, traz consigo conhecimentos, características pessoais e psíquicas que o compõe. Todavia o preconceito é um grave problema existente na atualidade, que se mantém “disfarçado, conseqüentemente proporcionado nas variadas ambiências sociais, que acabam mascarando a valorização da negritude.

Para Fiorin (2006), segundo concepção bakhtiniana compreender é participar de um diálogo com o texto, mas também com seu destinatário, uma vez que a compreensão não se dá sem que entremos numa situação de comunicação, e ainda com outros textos sobre a mesma questão. Isso quer dizer que a leitura de uma obra é social, mas também individual. Na medida em que o leitor se coloca como participante do diálogo que se estabelece em torno de um determinado texto a compreensão não surge da sua subjetividade.

Com isso, sabemos que como educadores devemos prover ao aluno condições conscientes de um posicionamento, tendo sua linguagem como uma prática social, possibilitando aos educandários, profissionais capazes de pensar, argumentar, falar e conscientizar seus educandos, a partir do conhecimento da história e suas contribuições, além do formador ser ciente do estatuto de leis que compõe a constituição, decretos e pareceres em prol da “igualdade”, que não terão seu devido valor caso não seja multiplicado à sociedade.

Gostaríamos ainda de referir que a questão racial na escola, muitas vezes é tratada de forma velada, podendo ver que a presença do aluno negro muitas vezes é significativa nas ambiências escolares, representando reflexos de desigualdade racial que assola a sociedade, ou seja, muitas vezes a própria escola exclui o aluno negro. À vista disso, não podemos garantir o comprometimento, porém sabemos da importância da escola assumir o compromisso pedagógico e social de superar o preconceito e discriminação racial, compreendendo a história, a realidade social e racial da comunidade que se está inserido.

3.3 Parâmetros Curriculares Nacionais

As expectativas de ensino-aprendizagem definem muitas vezes o processo educativo, que permeia a metodologia do professor. Desta forma, os Parâmetros Curriculares Nacionais visam subsidiar e orientar a elaboração e discussões pedagógicas em cada disciplina que compõe o currículo da Educação Básica de ensino.

No que diz respeito às metodologias e estratégias pedagógicas, os PCNs, servirão de estímulo e apoio à reflexão sobre a prática diária do professor, o planejamento de suas aulas e o desenvolvimento do currículo de sua escola. Denotamos então, que o docente deve ter conhecimento dos parâmetros que norteiam suas ações, bem como da escola que leciona, para que a aprendizagem não se configure apenas na listagem de conteúdos, mas sim em vivências sociais que contextualizam seu dia a dia.

Com isso, vemos que a análise interpretativa documental do todo que permeia a Diversidade afro, subsidiam o docente em nível médio permitindo sua atuação em sala de aula de maneira real, consciente e reflexiva a ser compreendida pelo aluno como um mérito que agrega a si mesmo. Assim, além do convívio e aplicação das práticas pedagógicas junto à turma, torna seu discente um ser social, na grande maioria, incapaz de exercer preconceito e discriminação racial, uma vez que seu professor atrela a proposta teórico-metodológica, juntamente à percepção, atitudes, cognição e interação social.

Assim, conforme os PCNs (2000, pg. 05), possibilitam como aporte teórico que:

Não há linguagem no vazio, seu grande objetivo é a interação, a comunicação com um outro, dentro de um espaço social, como, por exemplo, a língua, produto humano e social que organiza e ordena de forma articulada os dados das experiências comuns aos membros de determinada comunidade linguística.

E para que os valores éticos, saberes e conceitos sejam absorvidos pelos discentes, o professor deve utilizar desta interação e propostas pedagógicas que façam parte da realidade e contexto social destes, para que possam agregar conhecimento e humanização ao ser profissional, compartilhando suas experiências futuramente, ao enriquecer o processo de aprendizagem.

Nesse sentido, ao estudar os parâmetros curriculares nacionais (2000, pág.24) notamos que o ensino deve ser trabalhado no contexto social em que este aluno está inserido, desenvolvendo competências, habilidades e consciência de que integra um meio globalizado e pluricultural, perpassando os estudos em sala de aula.

Segundo os PCNs (2000, pág. 22) a linguagem dos educandos resulta de práticas educativas, assim:

A escola não pode garantir o uso da linguagem fora do seu espaço, mas deve garantir tal exercício de uso amplo no seu espaço, como forma de instrumentalizar o aluno para o seu desempenho social. Armá-lo para poder competir em situação de igualdade com aqueles que julgam ter o domínio social da língua.

E para que isto ocorra com resultados satisfatórios, consideramos que a evolução no contexto escolar, permite as docentes em formação em nível médio o acesso a diversos meios de aprendizagem, e sendo assim, possuindo um papel diferenciado nestas ambiências, sendo mediador entre o conhecimento e a aprendizagem, bem como a prática social a que permeia seus valores, princípios e ideais, para que desta forma o educando possa tornar-se um cidadão crítico-reflexivo atuante na sociedade de maneira a respeitar as leis que tangem a “igualdade”, sem distinção do homem pela cor e raça.

Vasconcellos (1995, p.18) é enfático ao frisar que o professor precisa ter esta percepção mais global para poder re-significar sua ação, até porque não serão poucas as resistências que provavelmente encontrará na sua tentativa de realizar uma prática transformadora.

Dentre o “ser docente”, é relevante a busca constante por qualificação e atualização, desde sua formação, permitindo ao futuro professor a realização consciente de um trabalho que realmente tenha sentido para si e para sua turma, e isso só é alcançado à medida que se propuser a refletir sua competência pedagógica e docência além conteúdos pré-estabelecidos, ao confrontar teoria, prática e contexto social.

Acreditamos que o professor que verdadeiramente ensina e trabalha com o conhecimento humano, está disposto a ensinar e aprender, pois considera o contexto sociocultural de seus educandos, ao agregar saberes, além do posicionamento e compromisso de transformar sua prática quando necessário. Assim, a busca por conhecimentos teóricos e práticos devem ser constantes, sendo imprescindível, que a curiosidade seja uma característica relevante em sua “bagagem” profissional.

Spink (1999, p.78) ressalta que a discussão sobre o uso de categorias nas práticas discursivas – incluindo aí a pesquisa- possibilita trazer um novo olhar para a discussão sobre a contraposição do qualitativo e quantitativo.

As categorias constituem importantes estratégias linguísticas estando presentes na própria organização da linguagem (verbal, escrita, gestual, icônica). Utilizamos categorias para organizar, classificar e explicar o mundo. Falamos por categorias. Grande parte dessas categorizações está tão presente nas falas do cotidiano que não nos damos conta de sua existência.

Pela observação dos aspectos e pressupostos analisados, vemos que a educação está em um momento de reflexão e (re) construção de seus conhecimentos, pois conforme concepções freiriana, a pedagogia moderna passa por uma educação de decisões e responsabilidade social e política. Desta forma, consideramos que o trabalho colaborativo a ser realizado com as alunas em formação docente em nível médio, foi de grande valia, proporcionando uma educação ainda melhor que perpassa pela valorização da humanidade, bem como, ao amenizar o preconceito e discriminação racial.

Em virtude do que foi mencionado na pesquisa, o processo de conhecer, discutir, compreender e interpretar tais documentações que regem a Diversidade étnico-racial nos possibilitou, enquanto educadores, o resgate social de nossas ações, assim como, a qualidade do ensino e contextualização das práticas pedagógicas, a partir da realidade e contexto de mundo. Portanto, a compreensão de que as práticas discursivas se constituem pelas dimensões da estrutura social, normas e convenções estabelecidas pelas ambiências, sejam escolares ou sociais, denotam a importância do docente em formação estar previamente fundamentado com aportes teóricos / históricos / culturais e vivências de mundo, para tratar possíveis situações de preconceito e racismo no meio social.

3.4 Regimento Educação Básica Escolar

O regimento escolar, o qual norteia uma instituição evidencia a legislação de ensino ao definir a organização administrativa, didática, pedagógica, disciplinar, pois estabelecerá normas que deverão ser seguidas, para que os direitos e deveres de todos que transitam e convivem no ambiente educacional sejam respeitados. Todavia, o documento que rege a escola denota características dessa comunidade, contextualizando o ensino-aprendizagem desses alunos, os quais estão inseridos, com propósito de uma formação de qualidade e cidadã.

Com base nos pressupostos educacionais, a escola pesquisada tem como filosofia do estabelecimento desenvolver uma prática educativa por meio de princípios da ética, do respeito, da autonomia, da solidariedade, da cidadania e da sustentabilidade proporcionando

aos alunos a possibilidade de adquirirem conhecimentos humanos - sociais científicos e tecnológicos, a fim de ampliar seus saberes, tornando-os cidadãos promotores de mudanças sociais.

Desta forma, o objetivo que permeia o educandário é oportunizar a ampliação de conhecimentos e saberes necessários à formação de um cidadão atuante no contexto histórico-político-social, capaz de desempenhar criticamente seu papel em uma sociedade inclusiva. Assim, percebemos que o compromisso do educandário faz referência às ações que perpassam pela análise crítico - reflexiva, ao possibilitar novas práticas sociais perante a sociedade em que os discentes vivem e atuarão como profissionais responsáveis de seus princípios como respeito, diálogo, liberdade e honestidade.

No que diz respeito a essa concepção, Freire (1996, p.97) é enfático ao afirmar que o espaço pedagógico é um *texto* para ser constantemente “lido”, interpretado, “escrito” e “reescrito”. Nesse sentido, quanto mais solidariedade exista entre educador e educando no “trato” deste espaço, tanto mais possibilidades de aprendizagem democrática se abrem na escola.

Em consequência, consideramos a relevância da compreensão de que a educação é uma condição de intervenção no contexto, para que haja uma educação inclusiva e uma mudança social, por meio de práticas educativas críticas – reflexivas, tornando o professor e aluno, cidadão atuante na sociedade, conhecedores de seus direitos e deveres, no que se refere à igualdade de uma nação, independente de cor e raça.

No que se refere à normatização do Instituto pesquisado vemos que o contexto social, assim como princípios e valores norteiam a filosofia e objetivos da escola. Todavia, é possível que o aluno nos mais variados níveis e cursos aprendam de forma continuada a preparação científica e a capacidade para usar as diferentes tecnologias relativas às áreas de atuação, visando o compromisso com princípios que sustentam os Direitos Humanos e o exercício da cidadania.

Desta forma, acreditamos que aconteça o fortalecimento das relações interpessoais e inserção social, ao propiciar a construção integral de sua identidade, enquanto um cidadão crítico-reflexivo, capaz de multiplicar práticas sociais que percorram mudanças na sociedade, bem como estabelecendo o direito à igualdade e respeito às diferenças.

No entanto, não basta apenas conhecer o regimento escolar, mas fazer parte de sua elaboração, para que esse documento relevante à escola contemple as características, anseios e possíveis soluções para a comunidade integrante daquela realidade. A participação social nesse momento constitui uma proposta pedagógica, a qual fundamentará os educandos em

suas práticas sociais como cidadãos atuantes na sociedade. Com isso, acredita-se que o profissional docente assume um papel transcendente no ensino-aprendizagem, pois trata com seres humanos de uma diversidade histórico-cultural que compõem uma sociedade.

3.5 Regimento Escolar do Ensino Médio Curso Normal

Muito se discute que a sociedade atual se caracteriza pela complexidade existente que percorre o universo da educação escolar, ao tornar-se um espaço de vivências e cultura como expressão da instabilidade e da permanente mutabilidade do conviver humano, que a todo instante se reconstrói, se ressignifica e transforma-se, pois a sociedade constrói-se e constitui-se de acordo com a evolução dos tempos.

Desta forma, o Ensino Médio – Curso Normal tem como fundamento uma concepção de conhecimento compreendido como processo humano, sempre provisório, histórico, na permanente busca de compreensão, de organização e de mudanças sociais, a partir da produção do conhecimento, ao originar práticas sociais nos processos de transformação da natureza pelo homem. Todavia, o currículo oferece relações desafiadoras das competências e habilidades, propondo resgatar o sentido da escola como espaço de desenvolvimento e aprendizagem. Sabemos que os conteúdos são organizados a partir da realidade e compreensão do entendimento de mundo dos atores envolvidos no processo educacional.

Ao estudar o regimento escolar do educandário pesquisado conhecemos que o Instituto visa proporcionar a formação de cidadãos contextualizados, capazes de promover e de vivenciar a transformação da sociedade de forma crítica, ética, reflexiva, participativa, solidária, preparando-os para aprender a aprender, aprender a fazer e aprender a formular perguntas e respostas para os desafios do constante processo evolutivo, para o desenvolvimento dos atributos inerentes à cidadania e ao mundo do trabalho.

Corroboramos a importância da reflexão sobre a temática, ao constatar que o preconceito constitui uma realidade bem mais complexa do que, normalmente viemos a admitir. Assim, na maioria das vezes tais manifestações apresentam-se quanto às incompatibilidades culturais e religiosas, tornando o preconceito e discriminação racial, práticas veladas em ambiências escolares.

Dado ao exposto, verificamos que os pilares que orientam as relações entre os diferentes segmentos devem refletir e possibilitar um processo coletivo de discussão, desde o

espaço da sala de aula ao todo da escola, em um exercício permanente de democracia participativa, considerando valores éticos, o diálogo, a justiça, a igualdade, a fraternidade e a cidadania. Além disso, o Projeto Político Administrativo Pedagógico refere-se à edificação dos pressupostos fundamentais para efetivação da intencionalidade do Instituto, tendo o compromisso sociopolítico elaborado pela comunidade e com a participação e aprovação do Conselho Escolar.

As disposições legais que perpassam o Projeto Político Administrativo Pedagógico (PPAP) ⁶ do educandário possibilitam uma constante análise crítico - reflexiva, propiciando novas práticas. Assim, o processo de construção de conhecimentos e curricular tem como centralidade as práticas sociais, nas quais o diálogo realiza a mediação entre as ações e conhecimento científico universalizado, como fundamento da transformação da realidade.

Em consonância ao PPAP está o Plano de Estudo que é uma construção coletiva dos professores, equipe diretiva e demais segmentos da comunidade escolar, sendo apreciado pelo Conselho Escolar e aprovado pelo Conselho Estadual da Educação. Portanto é concebido como um conjunto orgânico articulado, cujo deve assegurar a possibilidade de variadas formas de organização – conhecimento, parte diversificada e formação profissional.

Compreendemos que tais documentos são relevantes para que o curso efetue sua formação de forma integrada, como unidades de estudo, conceitos, projetos contextualizados e interdisciplinares ou desenvolvimento de temas transversais, segundo disposto na organização curricular.

Desta forma, o Plano de Trabalho do professor integra o PPAP do educandário, consoante com o Plano de Estudo com intuito de organizar o processo ensino-aprendizagem em sala de aula, orientando e direcionando o trabalho do docente. A partir dessas ações, pressupõe a avaliação do processo de aprendizagem e reflexão sistemática da prática educativa, sendo supervisionado e aprovado pela coordenação do Curso Normal.

Assim, o docente em formação em nível médio relaciona em seu aprendizado teoria-prática- teoria, na qual realizam práticas de regência na construção da formação do professor pesquisador, bem como no processo de reflexão – ação - reflexão, na qual se dá sobre a ação do aluno- educador, por meio de práticas pedagógicas, que se constitui em uma nova ação teorizada- refletida pelo professor- aluno.

⁶ O PPAP encontra-se disposto junto ao Regimento Escolar do Ensino Médio Curso Normal e Curso Normal – Aproveitamento de Estudos, sendo uma expressão utilizada pelo educandário.

Com isso, a investigação-ação possibilita ao educando conhecer e (re) definir seu contexto escolar, a partir das normas e regras que regem a Instituição, a fim de constituir sua prática discursiva, bem como pedagógica frente a seu papel de multiplicador e não apenas mero repassador de conteúdos estanques da realidade do educando.

Nesse contexto, verificamos que a construção do PPAP, Plano de Estudo e do Professor vêm ao encontro de um diálogo interdisciplinar, sendo que a concepção de escola e ensino considera a prática social e teoria como contribuição relevante, para uma ação transformadora da realidade. Entretanto, no que tange a Diversidade étnico-racial, percebemos que essa integração é de suma importância para que os docentes em formação estejam capacitados ao trabalho de possíveis situações cotidianas que envolvam preconceito e discriminação racial. Desse modo, o profissional de educação necessita estar em constante atualização e formação, pois os desafios da modernidade globalizada modificam-se a todo instante.

A partir desse reconhecimento, sabemos da valia do “ser docente” ter acesso ao regimento institucional e de seu curso, para que amplie seus conhecimentos epistemológicos e ontológicos, à medida que haja o engajamento de seu posicionamento a sua prática educativa. Por conseguinte, verificamos que o Regimento Escolar do Ensino Médio Curso Normal é evidenciado nos planejamentos cotidianos dos docentes em formação, observando sua prática-pedagógica em consonância ao regulamentado.

Desse modo, reconhece-se que a construção da identidade de um educandário perpassa pelo contexto da sua comunidade escolar, a fim de evidenciar um pertencimento sociocultural àquela ambiência, pois a educação, assim como a docência é uma prática histórica, social e cultural, onde dinamiza saberes e conhecimentos aos cidadãos que integram essa ação. Por consequência, na formação docente exige-se uma consciente reflexão das normas institucionais, bem como das práticas pedagógicas, com intuito de qualificar o ensino-aprendizagem, além de conhecer e identificar a historicidade que perpassa no “ser professor” na atualidade, a fim de adequar as mudanças e transformações necessárias, possibilitando ao aluno autonomia para realização de suas buscas profissionais, assim sendo determinante no fazer/ser docente a própria reflexão sobre sua função.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao observarmos a turma de docentes, em formação nível média escolhida para a realização da pesquisa-ação, constatamos que o “querer ser professor” é uma motivação para aquele grupo amostral, pois demonstram entusiasmo e respeito pela profissão. Levando em conta os momentos de observação, entendemos que, conforme concepções freirianas, não é possível refletir sobre educação sem analisar o próprio homem, principalmente quando se verifica que somos seres inacabados, em constante formação e reflexão de nossas práticas sociais.

Paulo Freire (1987) enfatiza que o que nos parece indiscutível é que, se pretendemos a libertação dos homens, não podemos começar por aliená-los ou mantê-los alienados. A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É *práxis*, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo.

Em consonância às reflexões propostas denotamos que, enquanto profissionais da educação se faz necessário rever conceitos socioculturais, para que estejamos consolidados à desconstrução do racismo presente no cotidiano social, pois as relações raciais e a educação cada vez mais estão atreladas como uma iniciativa relevante, conforme concepção freiriana que tem a educação como prática da liberdade.

Após observação dos atores sociais desse estudo, propusemos, no decorrer da pesquisa, momentos de reflexão e discussão sobre a história e cultura étnico-racial, assim como, as leis que fundamentam a diversidade de um povo miscigenado, sendo que os encontros foram proporcionados ao grupo amostral ao longo do primeiro semestre/2017, após aprovação da pesquisa pelo CEP. Todavia, entendemos que além refletir e debater, foi preciso analisar as práticas pedagógicas dos futuros docentes ao vivenciar a negritude, assim como sua prática discursiva, enquanto seres sociais e formadores de opinião, por meio da interação dos pesquisadores como agentes participantes da pesquisa.

Thiollent (2011) afirma que do ponto de vista sociológico, a proposta de pesquisa-ação dá ênfase à análise das diferentes formas de ação. Os aspectos estruturais da realidade social não podem ficar desconhecidos, a ação só se manifesta num conjunto de relações sociais estruturalmente determinadas.

De acordo com essa concepção, o trabalho reflexivo visou fortalecer a formação dos futuros docentes em nível médio, proporcionando autonomia e autoestima quando perceberem-se agentes transformadores de opinião, ideais e prática da linguagem. Assim

como a relação que se estabelece entre linguagem e práticas sociais na interação do professor e aluno, ao desenvolver o ensino-aprendizagem de forma crítica- reflexiva, permitindo que o educando se torne um cidadão ético de suas ações e práticas discursivas. Todavia destacamos que a função da escola seja ensinar a compreender e a transformar a realidade, a partir do domínio da teoria e participação da vida social.

Portanto, o pensamento e dialogismo sobre a Diversidade étnico-racial, que permeia os protagonistas da pesquisa, tende a vislumbrar uma mudança social nas ambiências escolares por meio da linguagem como prática social, propagando-se no contexto de cada futuro docente e seus alunos. Todavia, sabemos da relevância que tem o educador na formação de um cidadão e, assim idealizar a utopia de amenizarmos o preconceito e discriminação racial, a partir da educação e do conhecimento da história e cultura, bem como as leis que amparam à temática.

Nesta perspectiva, Fairclough (2001) é enfático ao acentuar que as mudanças no uso linguístico estão ligadas a processos sociais e culturais mais amplos e, conseqüentemente, a considerar a importância do uso da análise linguística como um método para estudar a mudança social.

A partir dessa concepção, entendemos que a análise proposta teve muito a enriquecer a formação docente, pois a linguagem carrega uma subjetividade em variados conceitos, os quais poderão influenciar nas práticas e mudanças sociais. Com isso, vemos a importância da realização desse estudo como forma de um trabalho colaborativo, para que tanto pesquisador como sujeitos pesquisados interajam, ressignificando o ensino-aprendizagem por meio da reflexão de ações e atitudes que se fazem presentes em sua linguagem.

Para tanto, a linguagem como prática social objetiva contribuir para o processo de mudanças em contextos da sociedade, no sentido de resolver ou amenizar problemas sociais. Desta forma, para a análise das práticas discursivas do grupo amostral definimos, com base em Fairclough (2001), as seguintes categorias de análise:

Quadro 2. Dimensões e Categorias de análise

DIMENSÕES	CATEGORIAS
1- Importância da reflexão sobre a temática Diversidade afro (História e Cultura).	Elementos correspondentes que demonstram a visão sobre a temática discutida, denominados como marcas textuais presentes nas falas dos sujeitos da pesquisa.
2- Posicionamento em relação à importância da linguagem como prática social nas ações que visam amenizar o preconceito racial no contexto da sala de aula.	Elementos correspondentes ao que os entrevistados pensam sobre a linguagem como recurso para tratar as questões do preconceito e discriminação racial na escola.
3- A pesquisa-ação no contexto de sala de aula.	Elementos referentes às visões que os entrevistados têm em relação à necessidade de promover ações visando amenizar o preconceito racial na sala de aula.

Muito se discute que a interação perpassa por variados aspectos e valores democráticos para expressar a linguagem como uma prática social, porém ao evidenciar o processo da mudança discursiva é preciso a percepção das diversas marcas em relação à temática, após reflexões e conhecimento proposto. Ademais, o trabalho colaborativo propõe a intervenção da realidade efetivada nas ambiências escolares, ao possibilitar práticas socioculturais ressignificadas e ao mesmo tempo impacto social perante as ações.

O grupo amostral foi composto por alunos em formação em nível médio, cuja faixa etária variou de dezoito a cinquenta anos, tendo em vista que se tratava de uma turma de aproveitamento de estudos do Curso Normal, cujos participantes apresentaram variadas identidades, formações e pretensões ao concluir o Curso Normal. No entanto, todos demonstraram acreditar que “ser professor” é gostar do que se faz e realizar com dedicação e dignidade. Entendemos, ainda, que os alunos de formação em nível médio buscam na profissão, a inserção imediata ao mercado de trabalho.

A pesquisa-ação teve como etapas de construção a observação direta semanalmente, durante dois meses aproximadamente, onde a pesquisadora participava das aulas, nas variadas disciplinas que compunham o Curso Normal, para que pudesse conhecer os indivíduos, tais como suas ações e ideologias, conforme os diferentes componentes escolares, paralelo à análise documental dos regimentos do educandário e leis sobre negritude, com propósito de consolidar o referido conhecimento.

Nessa perspectiva, Dionne (2007, p.37) ressalta que a pesquisa-ação articula duas estratégias entre pesquisa e ação, para que pesquisadores e atores tenham ciência de que a pesquisa é centrada na produção de conhecimento e que a ação almeje a mudança de uma situação particular, conforme o quadro a seguir:

Quadro 3. Estratégias da pesquisa-ação

	Estratégias de pesquisa	Estratégia de ação
Objetivo	Desenvolvimento dos conhecimentos	Transformação de uma situação
Validação	Prova	Eficácia
Abordagens	Regras metodológicas	Estratégia de planejamento
Critérios	Científicos	Políticos
Produção	Conhecimentos científicos	Conhecimentos ordinários
Papel	Especialista	Líder

Fonte: Fairclough (2007, p. 37).

Sabemos então, que a validação da pesquisa se deu por meio da metodologia utilizada, evidenciando ao grupo pesquisado alcançar os objetivos propostos no estudo como forma de promover ação – reflexão - ação no que tange educação étnico-racial. Assim, ao analisarmos os excertos a seguir podemos mensurar a importância da prática discursiva e o processo argumentativo para contribuição da discussão dessa temática.

Ao iniciarmos as oficinas, trabalhamos no primeiro momento com a apresentação dessa investigação-ação e aplicação de questionário diagnóstico, conforme preenchimento pessoal e entrevistas gravadas em áudio, a partir de questionários que serviram como roteiros para essas atividades, sendo realizadas duas oficinas, as quais foram explanadas as leis que regem a História e Cultura afro, assim como uma breve retomada da evolução histórica, refletindo sobre a práxis dos atores perante a temática.

Desse modo, a primeira e segunda oficinas trabalharam com os docentes em formação nível médio, o preenchimento dos formulários necessários à pesquisa, bem como a discussão de conhecimentos referidos à História e cultura afro e leis que regem a negritude. Os pesquisados demonstraram certa inquietação no início das atividades, pois referiam que seus conhecimentos eram ainda enquanto estudantes do Ensino Fundamental, sendo que no decorrer dos encontros sentiram-se à vontade para emitir suas manifestações linguísticas sobre a temática, baseadas em suas vivências de mundo.

Ao responderem o primeiro questionário aplicado (anexo 1), durante o primeiro e segundo encontro os respondentes demonstraram que não conheciam a existência de uma lei que estabeleça a obrigatoriedade do ensino desta temática na escola. Entretanto, ao analisar a ***dimensão 1, a qual se refere à importância da reflexão sobre Diversidade afro (História e Cultura)*** verificamos que os elementos textuais evidenciados confirmam a falta de conhecimento sobre a História e Cultura afro em suas particularidades e, quando se trata da Lei 10.639/2003, a partir das reflexões promovidas, emerge a consciência sobre a importância da discussão de tal temática para a promoção da igualdade social. Para tanto, no que se refere aos marcadores textuais percebemos as mudanças sociais, a partir do conhecimento e valorização da história e cultura dos povos que constituem a sociedade.

Excerto 1- “Da cultura afro em si não aprendemos nada mesmo. A única coisa que aprendemos, em Estrutura e Funcionamento é a porcentagem dos negros – sobre cotas, isso foi à única coisa que direcionou as diferenças de cor de pele, mas vale ressaltar que estamos na 1ª etapa e não sabemos o que vem a ser ensinado”.

Excerto 2- “Precisamos conhecer, afinal não é algo que podemos tirar da realidade e não temos nem o direito de tirar/esconder. Os negros fazem parte de todo contexto e estão convivendo conosco. Temos que conhecer suas raízes para respeitar. Não se pode respeitar uma pessoa, sem saber de onde ela veio, sem saber quem ela é, por isso somos o que a sociedade e a cultura construiu de nós”.

Excerto 3- “A experiência e diferença sobre racismo, no caso eu sou da cidade de Panambi e, a cidade é de origem alemã, lá a gente vê que - eu sou morena, cor de cuia, pra muita gente lá, eu sou negra– mas minha origem é italiana com espanhol, então é uma coisa que acho que tem que ser trabalhada nas escolas” .

Os excertos acima mostram que a linguagem como prática social objetiva a construção de identidades sociais, ou ainda do “eu”, que de certa forma contribuirá para o processo de mudanças sociais, pois evidencia, segundo Fairclough (2001, p. 92), a função interpessoal, sendo dividida em duas funções componentes, as quais são chamadas de função ‘relacional’ e de ‘identidade’. Estas estão ligadas às formas como as relações sociais são exercidas e as identidades sociais são manifestadas no discurso, mas também, naturalmente, a como as relações sociais e as identidades são construídas (reproduzidas, contestadas e reestruturadas) no discurso.

Por conseguinte, Spink (1999, p.41) enfatiza que as práticas discursivas, assim situadas, constituem o foco central de análise na abordagem construcionista. Implicam ações, seleções, escolhas, linguagens, contextos, enfim, uma variedade de produções sociais das quais são expressão. Constituem, dessa forma, um caminho privilegiado para entender a produção de sentidos no cotidiano.

No excerto 1, quando o respondente utiliza “nada mesmo” para reforçar o não aprendido sobre a História e cultura étnico-racial, destaca em seu discurso o anseio de (re) conhecer essa historicidade sobre as questões raciais, agregando sabedoria para sua prática futura. Assim, ela reconhece que não tem conhecimento suficiente e que em determinada situação em sala de aula, faria valer seu conhecimento de mundo.

Já nos excertos 2 e 3 ressaltamos que é visível a vontade e necessidade dos futuros docentes em formação nível médio do conhecimento da história e cultura afro, bem como das leis que a fundamentam. Todavia, os pesquisados expressam em seu discurso a consciência de que o negro é um cidadão que integra a sociedade da mesma forma que o branco e por isso, deve-se o respeito independente da pigmentação da pele do ser humano. Expõem ainda, que as situações adversas são frequentes em sala de aula, porém são imprevistas e, como educadores têm consciência do seu papel para o enfrentamento de uma educação anti-racista.

No excerto 3 quando a respondente menciona “eu sou negra– mas minha origem é italiana com espanhol” manifesta uma certa dualidade em seu discurso quanto à função da linguagem identitária, pois não estabelece um pertencimento de identidade social sobre sua descendência e origem.

Ao findar as oficinas 1 e 2, ainda percebemos que existe uma indispensabilidade de rever alguns conceitos no que diz respeito a “racismo”, “preconceito” e “discriminação racial”, pois se reproduz quando a entrevistada 3 fala “a experiência e diferença sobre racismo”, tornando evidente que exista uma dualidade de interpretações, quanto a significação de “racismo”, tendo como significado a existência de hierarquia entre grupos, no caso distintos pela cor.

Conforme Bakhtin (2010) frisa que a construção do “eu”, ao assumir uma identidade social, ou seja, um espaço racional ao posicionar-se no grupo pertencente, vem a estabelecer um discurso dialógico entre linguagem e prática. Com isso, percebemos que a reflexão contribui para o processo de mudança sociocultural. Ademais, verificamos que as marcas textuais refletidas nas falas dos participantes correspondem à afirmação de que é relevante a História e Cultura afro, na formação docente, pois a interação se dá pela estrutura de troca pergunta- resposta- avaliação, pares adjacentes e o dialogismo.

De acordo com o autor citado acima (2010, p. 291) a compreensão responsiva nada mais é senão a fase inicial e preparatória para uma resposta (seja qual fora forma de sua realização).

O locutor postula esta compreensão responsiva ativa: o que ele espera, não é uma compreensão passiva que, por assim dizer, apenas duplicaria seu pensamento no espírito do outro, o que espera é uma resposta, uma concordância, uma adesão, uma objeção, uma execução, etc. A variedade dos gêneros do discurso pressupõe a variedade dos escopos intencionais daquele que fala ou escreve. O desejo de tornar seu discurso inteligível é apenas um elemento abstrato da intenção discursiva em seu todo.

Com base nessa perspectiva, identificamos que os respondentes, ao serem questionados sobre a importância da reflexão sobre a temática Diversidade étnico-racial, pressupõem a verbalização de seus pensamentos esperando algo em troca que complemente seu conhecimento, ou seja, o processo dialógico estabelecido nas relações da prática discursiva, além da execução efetiva em suas rotinas de estudo e planejamento. Logo, deu-se um processo de ação – reflexão - ação ao serem expostas as leis, textos verbais e não-verbais, referentes à temática, para que o grupo fizesse suas observações e conclusões.

Gostaríamos ainda de referir que segundo Fairclough (2001) a análise de discurso como texto, prática discursiva e prática social -, a fim de enfatizar que a análise textual, não é alguma coisa que deva ser feita isoladamente. É fácil tornar-se envolvido com a complexidade dos textos que a análise textual acabe por ser considerada como um fim louvável em si mesmo.

Diante dessa percepção, avultamos que a análise das práticas discursivas realizadas nos excertos em evidência é considerada a partir do contexto dos respondentes em formação, atrelada à reflexão e ação proposta pelo trabalho colaborativo. Nesse sentido Thiollent (2011) ressalta que a pesquisa-ação é frequentemente vista como uma concepção empirista da pesquisa social na qual não haveria muitas implicações teóricas. Bastaria o “bom senso” dos pesquisadores e a sabedoria popular dos participantes na identificação de problemas concretos e na busca de soluções.

Com isso, percebemos que a pesquisa-ação é uma metodologia alternativa, a qual auxilia na promoção de mudanças sociais, sendo conduzidos pelo contexto, valores e ideais dos participantes, com propósito de reflexão sobre a prática social. Ressaltamos, no entanto, que é por meio do trabalho reflexivo e colaborativo conjunto dos pesquisadores e participantes que se possibilita a análise de situações-problemas sobre a temática em questão, destacando possíveis soluções que ofertem à sociedade um impacto social na eficácia da ação. Logo, por meio da educação inicia-se uma conscientização de que as pessoas não precisam ser distintas pela cor e raça, amenizando o preconceito e discriminação racial.

Já na terceira oficina, que propôs a discussão e reflexão sobre diversidade afro, verificamos que quanto à *dimensão 2, a qual destaca o posicionamento em relação à importância da linguagem como prática social nas ações que visam amenizar o preconceito racial no contexto da sala de aula*, percebemos a consciência dos futuros formadores de opinião de que as ambiências escolares propunham a seus educadores em formação, teoria e práticas, para que possam ser multiplicadores e pela/na linguagem propaguem a desconstrução negativa ao referir-se à Diversidade afro. Desta forma, o docente exerce um papel fundamental, na tentativa de amenizar o preconceito e discriminação racial, pois podem existir situações em sala de aula evidenciando a exclusão de aluno ou professor por sua cor e raça.

Excerto 4 – “O papel de todo professor é libertar a mente da criança/ do aluno, seja ele a idade que for, expandir sua área de conhecimento. Toda pessoa que tem uma mente expandida é uma pessoa aberta a novas ideias e consequentemente aceita qualquer tipo de diferença com respeito e dignidade. Porque é isso que precisamos, respeito e dignidade e é o que está faltando na sociedade hoje. Então, o papel do professor é expandir o aprendizado da criança para que possa aprender a respeitar as diferenças, incentivando-o sempre”.

Excerto 5 – “O papel do professor se sobressai na hora de socializar a turma e atividades, mostrando as diferenças, que todo mundo é igual. Que não existe diferença entre uma pessoa e outra pela cor da pele. Assim, deve tratar todos igualmente e fazer aceitação no grupo, caso tenha algum negro”.

Ao analisarmos o excerto 4 verificamos que a respondente ao reproduzir seu discurso evidenciando “Porque é isso que precisamos, respeito e dignidade e é o que está faltando na sociedade hoje”, reforça sua convicção de que existe preconceito e discriminação racial e que a educação pode ser a chance de uma mudança social. Dessa forma, vemos que em sua prática discursiva faz-se presente alguns elementos faircloughianos como a interdiscursividade, a cadeia intertextual, salientando discursos de diferentes grupos e ainda a intertextualidade, aproximando a práxis discursiva e textos sobre a temática.

Em consonância, verificamos que no excerto 5 o sujeito, ator da pesquisa-ação menciona como uma iniciativa libertadora do racismo, ações e atitudes por meio de sua prática pedagógica, ao articular que “O papel do professor se sobressai na hora de socializar a turma e atividades, mostrando as diferenças, que todo mundo é igual”. Observamos que os futuros docentes em sua maioria realmente estão dispostos a assumir a docência como um processo de transformação social, pertinente à sociedade contemporânea.

A entrevista estruturada possibilitou ao final do encontro um desabafo social, permitindo aos atores a exposição de seus posicionamentos enquanto seres pertencentes de

um grupo. Assim, manifestamos que a atividade realizada ao longo da pesquisa-ação proporcionou aos docentes em formação, relatos de vivências que os inspira a serem cidadãos melhores, reconhecendo a importância que tem o professor na construção do caráter do aluno.

Entretanto, a relação dialógica estabelecida por meio de reflexão, debates e questionamentos, além práticas ludo - pedagógicas permitiu a compreensão de que são futuros multiplicadores, capazes de promover mudanças sociais no que tange o tema, pois se sentem incomodados com o preconceito velado na sociedade e, logo, acreditam na importância da intervenção proposta.

Em vista dos discursos apresentados, percebemos que os futuros educadores têm ciência de que há uma relação entre a prática discursiva e a sociedade, ou seja, uma relação dialética capaz de ressignificar valores, ideologias e princípios que envolvem cidadania. Assim, denotam que sua atuação profissional vai além da elucidação de conteúdos, pois a formação do “ser cidadão” tem sua contribuição agregada à família. Por isso, a relevância do docente ter conhecimentos e valores pautados nos direitos e deveres sociais, para que possa multiplicar e transformar, tornando o aluno crítico-reflexivo. Tal análise dá-se quando o respondente profere “O papel de todo professor é libertar a mente da criança/ do aluno, seja ele a idade que for, expandir sua área de conhecimento”.

Em consonância às análises anteriores, Spink (1999, p.42) explica que a concepção de linguagem que adotamos está centrada na linguagem em uso. Mais precisamente, entendemos a linguagem como prática social e, com base em nossa abordagem teórico-metodológica, buscamos trabalhar a interface entre os aspectos performáticos da linguagem e as condições de produção, entendidas tanto no contexto social e interacional.

Nesse sentido, Fairclough (2001, p. 254) ressalta que uma forma importante de intervenção é engajar-se em lutas de natureza mais hegemônica para mudar práticas. [...as pessoas podem interpretar e reagir ao discurso de modo opositivo mesmo se sua oposição não for expressa explicitamente.

Portanto, evidenciamos a importância do trabalho reflexivo em ambiência escolar, com intuito de promover reflexões e debates envolvendo a linguagem como prática social, pois é por meio da linguagem que o sujeito se constitui e, nas estratégias discursivas que perpassam pelas atividades pedagógicas formativas sobre Diversidade étnico-racial. A partir desse diagnóstico por parte dos futuros educadores, terão a oportunidade de rever conceitos e posicionamentos, na tentativa de qualificar sua prática e aproximar-se de seu alunado, promovendo mudança social de forma rotineira e espontânea.

Desse modo, Bakhtin (2010) ratifica que as formas da língua e as formas típicas de enunciados, isto é, os gêneros de discurso, introduzem-se em nossa experiência e em nossa consciência conjuntamente, pois aprender a falar é aprender a estruturar enunciados.

Assim, afirmamos que a linguagem é, pois, relevante ao contexto social, tendo em vista que é por meio dela, que acontece o processo de interação social, constituindo assim, práticas sociais capazes de mediar ações que possibilitem amenizar o racismo, promovendo então, mudanças em uma sociedade que diz não ser racista, embora muitas vezes demonstre de forma velada o preconceito e discriminação racial.

À vista da afirmação anterior, na quarta oficina, discussão sobre a temática e utilização das tecnologias e recursos midiáticos, bem como reportagens e literatura infantil analisamos que em relação à *dimensão 3, a pesquisa-ação no contexto de sala de aula, ao debatermos se existe o “racismo”*, nos variados contextos, no Brasil e se professor e escola são elementos fundamentais na desconstrução desse preconceito, podendo minimizar essa violência que perpassa à sociedade, os futuros docentes expressam seus posicionamentos ao afirmar a participação efetiva do papel do professor na formação do educando, enquanto cidadão consciente de seus direitos e deveres.

Além disso, na tentativa de amenizar o preconceito e discriminação racial, a prática discursiva e suas estratégias fazem-se necessárias ao contextualizar a história e sua relevância para formação de uma nação. Dessa forma, ao iniciarmos o encontro, percebemos que suas falas retratam o “não racismo”, porém reconhecem que existe e a necessidade de uma mudança social, por meio do conhecimento e conscientização.

Excerto 6- “Eu necessariamente não quero ser professor de Educação Infantil, mas o magistério trará um emprego imediato, além de estar cursando outro curso paralelo. Não me considero racista, em hipótese alguma, pois não faz sentido você ser racista. Qual a diferença que existe entre um negro e um branco a não ser o tom de pele, somos pessoas, gentes. Se existe Deus de fato, não somos todas criaturas de Deus? A Bíblia não diz que Deus ama a todos, por isso, ser racista é algo contraditório e estúpido”.

Excerto 7- “Temos que respeitar cada um, pois todo mundo é igual. Sempre tenho uma mania de dizer que adoro aquele “neguinho”, mas não é por racismo e sim no sentido carinhoso, por adorar uma criança. Não conhecemos o coração das pessoas, porém não me acho racista. Todas pessoas têm oportunidade de conviver, de serem amigos. Penso que a palavra “racismo” é um tanto pesada para o mundo que vivemos, pois o racismo não é só cor, é maldade e, isso o mundo está cheio, não podemos permitir”.

Excerto 8 -“Claro, como professor, sou mediador de ideias e com certeza cabe a mim não lhes dar a resposta pronta, mas fazê-los refletir sobre o tema, para que criem suas ideias eliminando barreiras desnecessárias e no momento em que começarmos desde o início dos anos escolares a abordar a História e Cultura afro, futuramente teremos menos racistas em nosso país”.

Excerto 9 - “Em minha opinião tem que começar desde cedo a valorizar a raça negra com as crianças, para que entendam o que é racismo e, a não serem racistas, portanto, acho a escola, um espaço fundamental para todo o tipo de ações contra qualquer preconceito, a fim de promover mudança no comportamento social”.

Excerto 10 - “Acredito que as escolas podem melhorar o tratamento dessa temática, propondo para todos os alunos que é preciso respeito entre colegas, porém não apenas aos professores e à escola cabe o dever de desconstruir o racismo, mas de toda sociedade, sendo que os professores podem começar a ajudar a minimizar. Contudo, todos devem fazer sua parte, desde a família”.

No excerto 6 a entrevistada alega que não se considera racista e fundamenta sua prática discursiva, ao utilizar de sua crença a Deus, mencionando a Bíblia. Certa análise demonstra que é preciso muito mais teoria e conhecimento da história e cultura afro, além do pertencimento a essa historicidade, para lecionar diante de situações onde retratem preconceito e discriminação racial, vindo ao encontro dos objetivos dessa pesquisa-ação.

Já no excerto 7 a participante revela em sua linguagem marcas racistas “Sempre tenho uma mania de dizer que adoro aquele “neguinho”, porém alega não se expressar de forma pejorativa e sim carinhosa. À vista disso, inferimos que a prática discursiva do docente precisa ser coerente com sua metodologia e conhecimento do assunto, pois o discurso é desenvolvimento em certos momentos, tendo diversos sentidos e significações, conforme entendimento do aluno.

Segundo Fairclough (2001) a prática discursiva, envolve processos de produção, distribuição e consumo textual, e a natureza desses processos varia entre diferentes tipos de discurso de acordo com fatores sociais.

Nessa perspectiva corroboramos a importância do educador desenvolver um discurso percebendo seu contexto e reavaliando sua práxis, para que não denote ações contraditórias entre teoria e prática, ou seja, seu ensinamento de valorização e conscientização sobre o referido tema não venha de encontro com as palavras, apelidos, os quais proferirão a seus discentes, mesmo que de forma carinhosa e não pejorativa.

O excerto 8 a futura docente em formação nível médio reforça em sua fala o papel do professor no processo de ensino-aprendizagem, acreditando que é na educação a possibilidade de uma mudança social, para que os educandos em sua formação crítica-reflexiva constituam seu caráter desde os primeiros anos escolares, ao compreender e valorizar a história como registro de seu pertencimento na sociedade.

No entanto, no excerto 9 denota a preocupação da respondente em propiciar momentos de reflexão desde os primeiros anos escolares, na tentativa de propagar uma educação

antirracista, ao abordar que a escola é um espaço relevante para as ações pertinentes ao esforço de amenizar o preconceito e discriminação racial.

Validamos a responsabilidade das ambiências escolares e a necessidade de momentos de ação – reflexão - ação, aos profissionais da educação, sobre Diversidade afro, conforme expresso no excerto 10, além da comunidade como um todo rever seus posicionamentos e ideologias.

Assim constatamos a relevância social do trabalho reflexivo realizado com professores em formação, a partir das oficinas de explanação sobre as Leis que efetivam a História e Cultura afro, pois possibilitou o engajamento dos futuros docentes em uma luta pela igualdade racial, tendo a fundamentação teórica inicial para compreensão de suas intervenções sociais em sala de aula.

Muito se discute sobre preconceito e discriminação racial seja nas instituições, mídia, entre outros espaços, porém na escola é possível verificar que quando o assunto é “racismo”, não percebemos a dimensão de suas consequências ao distinguirmos o sujeito pela cor e raça, seja em seu potencial físico ou intelecto. Desta forma, cabe ao professor fundamentar e possibilitar momentos de discussões e até mesmo atividades ludo – pedagógicas, onde evidenciam a história e cultura em seu real sentido, contribuindo para a formação crítica e reflexiva do discente e não como mera prática imposta em uma data comemorativa.

Em consonância, Thiollent (2011) refere-se que a pesquisa-ação promove a participação dos usuários do sistema escolar na busca de soluções aos seus problemas. Este processo supõe que os pesquisadores adotem uma linguagem apropriada. Os objetivos teóricos da pesquisa são constantemente reafirmados e afinados no contato com as situações abertas ao diálogo com os interessados, na sua linguagem popular.

Como elemento de discussão, analisamos que o contexto escolar é um cenário relevante para a proposta de um trabalho reflexivo e colaborativo, à vista que o contexto educacional visa propor a seus educandos à aquisição do conhecimento, atrelada à prática e mudança social, pois as práticas educativas são baseadas em princípios que os torne cidadãos críticos-reflexivos capazes de atuar na transformação da sociedade.

Com esse propósito, Dionne (2007) ressalta que a pesquisa-ação é principalmente uma modalidade de intervenção coletiva, inspirada nas técnicas de tomada de decisão, que associa atores e pesquisadores em procedimentos conjuntos de ação com vista a melhorar uma situação precisa, avaliada com base em conhecimentos sistemáticos de seu estado inicial e apreciada com base em uma formulação compartilhada de objetivos de mudança.

Corroboramos então, que ambiências escolares têm fundamental papel para o contexto de uma transformação social, uma vez que a reflexão e ação coletiva possibilitarão a integração de todos da comunidade escolar, ressignificando e promovendo consciência sobre temáticas que permeiam a cidadania como prática social.

Após realização de entrevistas estruturadas, houve a intervenção da pesquisadora, ao oportunizar encontros reflexivos, visando contribuir para discussão da história e cultura afro, onde as futuras docentes puderam analisar teoria e prática, sendo que foi proposta a terceira oficina no Laboratório de Informática da escola, abordando sugestões de sites⁷, literatura infantil⁸ e atividades ludo - pedagógicas⁹ como: brincadeiras, jogos, cantigas, as quais evidenciam a valorização da cultura étnico-racial, de forma que o trabalho se torne rotineiro e não apenas em datas comemorativas.

A partir, desse momento de integração na quarta oficina realizada, percebemos que os alunos em formação em nível médio, atenderam a proposta, pois relatavam práticas e situações ocorridas em seus estágios-supervisionados. Todavia, expuseram a necessidade de trabalharem com a ludicidade de seus educandos e a percepção de que é nessa faixa-etária que os alunos têm sua constituição enquanto sujeitos.

Excerto 11 – “O preconceito e discriminação estão tão presentes no cotidiano dos seres humanos, que muitas vezes é visto com certa normalidade, tornando o indivíduo intolerante às diferenças. Percebi ao propor brincadeiras de roda e alguns aluninhos escolhiam a quem dar às mãos. Então, fiz uma fala que precisamos ter respeito com as pessoas, pois todos somos iguais e propus que todos intercalassem suas posições conforme à rodada da cantiga”.

Neste sentido, no que tange as *dimensões 1 (Importância sobre a temática Diversidade afro (História e Cultura) e 2 (Posicionamento em relação à importância da linguagem como prática social nas ações que visam amenizar o preconceito racial no contexto da sala*

⁷ <http://educommais.educacao.rs.gov.br/planos-de-aula/influencia-da-cultura-africana-no-brasil>

Texto *A África Está em Nós – Música Afro-Brasileira* <http://profpauline.wordpress.com/2012/10/29/a-africa-esta-em-nos-musica-afro-brasileira/>, produzido por Professora Pauline.

Texto *Cultura Afro-Brasileira Se Manifesta na Música, Religião e*

Culinária <http://www.brasil.gov.br/cultura/2009/10/cultura-afro-brasileira-se-manifesta-na-musica-religiao-e-culinaria>, produzido pelo Portal Brasil.

⁸ Por que somos diferentes?/Carmen Gil

Minha família é colorida./ Georgina Martins

Pretinho meu boneco querido./ Maria Cristina Furtado

Histórias encantadas Africanas./ Ingrid Biesemeyer Bellinghausen

Menina bonita do laço de fita./ Ana Maria Machado

⁹ <https://www.youtube.com/watch?hl=pt&v=VvjuLW0J8U8&gl=BR>

<https://www.youtube.com/watch?v=FatZtsbvlb8>

https://www.youtube.com/watch?v=svm5_lwCcr8

de aula), a realização dessa prática promoveu uma análise de estratégias metodológicas atreladas à tecnologia de informação, ao estarem no contexto de sala de aula, podendo verificar que a linguagem exerce um papel relevante na sociedade, quiçá é por meio dela que teremos a oportunidade de mudar a realidade social, começando pelo meio educacional. As práticas discursivas também podem mediar o dialogismo, uma vez que tais relações se constituem como uma prática social, ao tornar-se o modo de funcionamento real da linguagem.

Compreendemos então, que o excerto 11 expressa um depoimento que atesta a evolução no sentido de uma educação igualitária, ao evidenciar que o sucesso dessa proposta dependerá da conscientização de cada futuro professor, ao importar-se em propagar a desmitificação do enraizamento que a história até hoje conta na maioria dos livros didáticos, utilizando recursos tecnológicos, lúdicos e práticos, conforme propomos nas oficinas.

Por conseguinte, Fairclough (2008) afirma que os processos de produção e interpretação são socialmente restringidos num sentido duplo. Primeiro, pelos recursos disponíveis dos membros, que são estruturas sociais efetivamente interiorizadas, normas e convenções como também ordens de discurso e convenções para a produção, a distribuição e o consumo de textos do tipo já referido e que foram constituídos mediante a prática e a luta social passada.

Destacamos que a partir do conhecimento, reflexão e debate sobre as Leis que tangem a negritude, os docentes em formação em nível médio apropriaram-se de interpretações que se agregaram às suas práticas discursivas, no que se refere à História e Cultura afro, assim como relatos de vivências em variados contextos. Salientamos que ao propor momentos de reflexões e debates, trazendo também sugestões de práticas pedagógicas para serem desenvolvidas em sala de aula, validamos a importância de uma formação continuada aos profissionais da educação, pois são multiplicadores de ideais, capazes de transformar e promover impactos sociais sobre temáticas que de certa forma revelem preconceitos e discriminações.

Sabemos que uma representação negativa sobre determinada temática poderá levar a uma prática discursiva que, conforme Fiorin (2006), o indivíduo constitui-se em relação ao outro, pois muitas vezes o posicionamento dá-se por meio de um diálogo, quando o conteúdo discursivo vai sendo modificado de acordo com a intervenção dos interlocutores. Assim, percebemos que devemos considerar o contexto dos pesquisados, mas proporcionar momentos de reflexão e (re) construção de valores e ideologias sobre a temática em questão como uma prática, visando às mudanças sociais.

Desta forma, Fairclough (2001) argumenta que o discurso e a mudança discursiva perpassam por algumas tendências que afetam a ordem societária de discurso como a

‘democratização - onde existem os valores’; ‘comodificação - estratégias’; ‘tecnologização – tecnologias/entrevistas’, modelos esses relevantes à interpretação das práticas discursivas para que se efetue a análise.

Em virtude dos fatos mencionados, concordamos que a linguagem perpassa pela relação dialógica entre as práticas discursivas e o sujeito, pois o diálogo representa em um grupo social, entre outras coisas a solução de conflitos, entendimento, promoção de consenso e busca de acordos, mesmo que as interpretações e ideologias sejam contrárias, o que poderia levar a pensar que Bakhtin é o filósofo da grande conciliação entre homens.

Assim, Dionne (2007) frisa que a pesquisa-ação tende a reforçar a aliança, o relacionamento entre a teoria e prática, dado que a pesquisa-ação é continuamente confrontada com a ação.

As próprias condições de pesquisa em que opera o pesquisador permitem a geração de conhecimentos novos e originais. O pesquisador é levado a definir seu procedimento tomando em conta os contextos e as condições concretas da ação. Estando seu procedimento inserido em um processo de ação, o pesquisador contribui para produzir informação e análises que resultam da ação experimentada e elabora as possíveis generalizações teóricas.

Nessa perspectiva a realização da quarta oficina desenvolvida com o grupo amostral foi um debate reflexivo, tendo como questões norteadoras “Quando me deparo com uma situação de preconceito, qual minha reação ?” e “Nós, seres humanos, temos a tendência a estranhar o que nos é diverso: nossos hábitos, nossas ideias, nossas opiniões... Você concorda? Por qual motivo você justifica essa questão? ”.

Em relação à *dimensão 1 – Importância sobre a temática Diversidade afro (História e Cultura)* denotamos que quanto aos elementos textuais evidenciaram reflexão e cuidado ao exporem seus posicionamentos, pois o grupo já tinha certo conhecimento sobre as leis e historicidade da cultura afro, bem como já demonstravam certas mudanças em seus posicionamentos ou ainda estavam encorajados a revelar suas ideias conceituais sobre negritude, conforme as passagens abaixo:

Excerto 12- “Somos acostumados a seguir nossos pais, mas temos que rever nossos conceitos e modo de pensar ao assumir um papel na sociedade”.

Excerto 13- “Ao deparar-me com situações de preconceito, reajo passivamente, porque acho que tudo deve ser tratado com calma, com diálogo, com atenção, pois devemos ter cuidado com o que falamos”.

Excerto 14- “Todos nós devemos respeitar as pessoas, independente se é branco ou negro e também temos que cuidar nossas palavras e discurso para não ofender ninguém. Ao sermos profissionais da área de educação, mais ainda”.

Excerto 15 – “Quando me deparo com situações de discriminação, reajo passivamente, tentando amenizar a situação, porém penso que precisamos ter muito conhecimento para não cometer esses erros. Assim, para ser professor é preciso saber um pouco de tudo e não apenas os conteúdos”.

O excerto 12 expressa que mesmo trazendo consigo os ensinamentos da família, após o sujeito ter discernimento é capaz e possível rever seus conceitos, refletindo qual seu papel na sociedade e o que pretende para si próprio.

O excerto 13 a respondente demonstra em sua fala a compreensão de que as situações adversas de racismo, as quais ainda existem é possível resolver com diálogo, confirmando concepções de que a linguagem veicula a ideologia do sujeito, porém de forma individual exteriorizando um eu quem toma a palavra e realiza o ato de exteriorizar o discurso, conforme defende Fiorin (1998).

No excerto 14 a respondente é convincente quando expressa que todos devem respeitar, observando e cuidando as palavras e discurso, pois a conceituação ideológica, conforme os conhecimentos adquiridos estão intrínsecos na prática discursiva, mesmo que sem intenção de inferiorizar um cidadão.

Ao analisarmos a estrutura textual do excerto 15 vemos que se ressalta na fala a consciência de que o educador precisa ter conhecimento além de seus conteúdos, de acordo com as **dimensões 1** (*Importância sobre a temática Diversidade afro (História e Cultura)*) e **2** (*Posicionamento em relação à importância da linguagem como prática social nas ações que visam amenizar o preconceito racial no contexto da sala de aula*), expressando a relevância de ações que visem mudança social.

Validamos a pesquisa-ação quando percebemos que os docentes em formação nível médio interagiram com a pesquisadora, revendo seus conceitos e compreendendo a relevância do papel professor multiplicador de práticas discursivas e pedagógicas, as quais possam possibilitar mudanças sociais, a partir de uma educação inclusiva e transformadora. Com isso, corroboramos que ao longo dos encontros passamos por um processo de ensino-aprendizagem constante, a medida que teoria e prática estabeleciam vínculos estreitos entre pesquisadores e atores.

Quanto às **dimensões 2** (*Posicionamento em relação à importância da linguagem como prática social nas ações que visam amenizar o preconceito racial no contexto da sala de aula*) e **3** (*A pesquisa-ação no contexto de sala de aula*) constatamos que houve um

entendimento e até serenidade por parte dos pesquisados, pois mostravam-se à vontade durante as oficinas práticas e satisfeitos com a aquisição de conhecimento proposta pelas atividades, conforme observação dessa pesquisadora. Assim sendo, verificamos que as oficinas tiveram significativa contribuição para discussão proposta, pois as futuras educadoras relatavam estarem efetivando em seus planejamentos de estágio supervisionado.

Dentro dessa concepção, Thiollent (2011) destaca que a pesquisa-ação promove a participação dos usuários do sistema escolar na busca de soluções aos seus problemas. Este processo supõe que os pesquisadores adotem uma linguagem apropriada. Os objetivos teóricos da pesquisa são constantemente reafirmados e afinados no contato com as situações abertas ao diálogo com os interessados, na sua linguagem popular.

Na oportunidade, acreditamos que a investigação-ação seja uma metodologia alternativa, a qual perpassa a possibilidade de ressignificar o sistema educacional, com intuito de promover a qualidade do ensino, ou até mesmo que instigue questionamentos sobre educação na atualidade. Ainda, sabemos que é por meio da linguagem que as mudanças ocorrerão, pois conforme Souza (2002) é uma forma de ação social, possível de ser entendida a partir das manifestações linguísticas em uso, considerando-se determinados fatores como as convenções sociais, as intencionalidades e os elementos contextuais responsáveis pela significação dessa linguagem.

Ao desenvolver a quinta intervenção, com a proposta de uma oficina ludopedagógica, cuja abordagem era “História e confecção da boneca Abayomi¹⁰” (conforme anexo), onde os alunos em formação docente em nível médio conheceram a história e confeccionaram suas bonecas, como forma de resgatar a valorização, da negritude e a sensibilização quanto à vivência dos negros diante sua historicidade. Desta forma, os participantes do trabalho reflexivo perceberam a necessidade constante, de práticas sociais capazes de desmistificar o racismo, sendo que as ambiências educacionais têm grande significação nas mudanças sociais.

A prática da oficina referida possibilitou aos futuros docentes em formação em nível médio conhecer a história afro sob o viés da negritude, despertando a consciência e valorização aos negros trazidos da África e escravizados, que ao longo do tempo buscam uma vida digna e igualitária, objetivo esse, que norteou muitos movimentos negros.

Constatamos que a pesquisa-ação vem ganhando espaço e credibilidade em uma visão reconstrutiva de concepções e atividades pedagógicas e educacionais, atrelada à linguagem como fator relevante de sua metodologia em sala de aula. Entretanto, sabemos que o método de

¹⁰ Designa bonecas de pano artesanais, muito simples, a partir de sobras de pano reaproveitadas, feitas apenas com nós, sem o uso de cola ou costura.

investigação-ação possui uma dimensão exploratória e conscientizadora em seu processo, associado ao caráter transformador da sociedade, consolidando mudanças sociais.

Ao examinarmos alguns excertos dos atores dessa pesquisa-ação, entendemos que existe a consciência da necessidade e relevância de uma educação inclusiva sobre a Diversidade étnico-racial, visto que reconhecem a existência de um racismo velado e o papel que tem esse professor enquanto formador de opinião e multiplicador de ideais que valorizem a igualdade. Para isso, muito se tem a trabalhar em prol de uma conscientização e valorização da negritude, para que a partir de práticas socioculturais haja mudanças na história – sociocultural da sociedade, desmistificando o valor de um ser humano por sua cor e raça. Assim, temos a ciência que seja possível amenizar o preconceito e discriminação racial, como a violência física e verbal que os negros muitas vezes ainda sofrem, mesmo em meados do século 21.

Tendo em vista, os fatos mencionados, observamos que certos assuntos ainda são considerados como tabus, haja vista ao acontecimento no início da pesquisa, onde três professores em formação nível médio, não quiseram participar do trabalho reflexivo, alegando não concordarem com a explanação e discussão sobre afrodescendência, pois vivenciaram o preconceito em suas vidas e sentem-se ressentidas e despreparadas para tal abordagem, mesmo depois de adultas e escolhendo serem professoras.

Todavia, demonstraram certa indignação ao relatarem que foram tratadas em determinados momentos, como desmerecedoras de seus espaços e que sofreram preconceito e discriminação racial, porém fizeram-se presentes nas oficinas e até executaram as atividades, compartilhando de experiências próprias, mas não permitiram quaisquer posicionamentos na íntegra, no corpo do trabalho.

Quanto a isso, Fairclough (2001) ressalta que o que é específico acerca de uma prática discursiva particular depende da prática social da qual é uma faceta. Por isso, verificamos que a posição do sujeito e as convenções discursivas são elementos da ordem do discurso que envolve o processo no momento da análise de uma pesquisa-ação. Percebemos que a concepção tridimensional do discurso, texto - prática discursiva – prática social, faz-se relevante na investigação proposta, pois a linguagem como prática social perpassa por variadas dimensões influenciadora nesse estudo como histórica, cultural, social, política, econômica.

Por consequência, acreditamos que a concepção faircloughiana que se refere à interação de comunicação e a análise da prática discursiva como uma manifestação por meio da linguagem, denota as situações vivenciadas ao longo dessa pesquisa-ação, do envolvimento

à recusa de participação, tendo em vista que a concepção tridimensional se faz evidente no processo dialógico do discurso de um cidadão, cujo pertence a variados grupos sociais.

Desta forma, torna-se relevante a conscientização de uma educação inclusiva sobre Diversidade étnico-racial, tendo como objetivo promover mudanças sociais e ao longo da evolução humana possibilitar um impacto social significativo aos valores e princípios éticos da sociedade, tornando o educando um ser atuante em seu grupo social consciente de seus discursos e práticas.

Ao concluir as oficinas, verificamos a satisfação dos docentes em formação em nível médio, pois se manifestavam no aplicativo Whatsapp ao postarem mensagens, artigos, reportagens sobre a Diversidade étnico-racial e vivências do preconceito, mantendo presente a discussão efetivada ao longo do trabalho reflexivo e mesmo depois de cessarem os encontros. Com isso, fomos trocando relatos e experiências entre pesquisados e pesquisadora, com intuito de fortalecer a prática educativa nos estágios futuros.

A culminância dos encontros reflexivos e oficinas ludopedagógicas deu-se com o retorno dos resultados analisados, ao grupo amostral em um encontro “**Congresso Educação afro para todos**”, promovido aos professores da rede pública estadual e comunidade, pela 9ª Coordenadoria Regional de Educação/Cruz Alta, sendo que o grupo amostral foi convidado a fazer parte desse evento. O congresso teve a duração de dois dias, nos turnos manhã e tarde, tendo a presença e organização dessa pesquisadora, pois desempenha o cargo de assessora pedagógica, com intuito de multiplicar seu conhecimento e resultados aos colegas professores e futuros educadores, sendo explanadas e discutidas as possíveis análises, tornando evidente que a linguagem como prática social é relevante para possíveis intervenções no processo educacional transformador às mudanças sociais.

Desta forma, as análises obtidas vêm ao encontro dos estudos efetivados ao longo dessa investigação-ação, reforçando e validando de que a educação é um espaço norteador e fundamental na promoção de ação – reflexão - ação, para que possamos amenizar o preconceito e discriminação racial, ao buscar respeito e dignidade humana à sociedade. Com a validação da pesquisa-ação corroboramos que por meio da educação seja possível promover mudanças sociais, capazes de amenizar o preconceito e discriminação racial.

Afirmamos assim, que a *dimensão 1, a qual se refere à importância da reflexão sobre Diversidade afro (História e Cultura), dimensões 2 (Posicionamento em relação à importância da linguagem como prática social nas ações que visam amenizar o preconceito racial no contexto da sala de aula e 3 (A pesquisa-ação no contexto de sala de aula)* expressos nos excertos a seguir, possibilitaram um estudo dinâmico e comprometido com as

relações humanas, por meio de práticas discursivas, valorizando o contexto dos participantes, bem como a alteridade vivida ao longo da pesquisa-ação sobre relações étnico-raciais.

Excerto 16-“A trajetória histórica do negro é estudada como conteúdo, nas várias áreas que possibilitam tratar do assunto, pois se acredita que o racismo deve ser tratado pedagogicamente **na escola** como um instrumento da prática”.

Excerto 17- “O preconceito mais frequente nas escolas está relacionado à raça e classe social, pois para fortalecer o relacionamento, a aceitação da diversidade étnica e o respeito, a escola deve promover maior conhecimento sobre as heranças culturais brasileiras”.

Excerto 18- “Quanto à capacidade dos professores sobre a questão racial a grande maioria das escolas procuram incorporar o assunto nas discussões de reuniões pedagógicas e momentos de formação, porém alguns professores falam da questão racial em determinadas etapas do ano letivo, como uma obrigação”.

Excerto 19- “É maravilhoso quando se tem conhecimento da história até o contemporâneo, além da religiosidade afro, porque ser professor implica em conhecer para transmitir”.

Fairclough (2001) denota que cada enunciado é um elo na cadeia da comunicação. Todos enunciados são povoados e, na verdade, constituídos por pedaços de enunciados de outros, mais ou menos explícitos ou completos, fazendo referência a Bakhtin em sua obra.

Nossa fala...é preenchida com palavras de outros, variáveis graus de alteridade e variáveis graus do que é de nós próprios, variáveis graus de consciência e de afastamento. Essas palavras de outros carregam com elas suas próprias expressões, seu próprio tom avaliativo, o qual nós assimilamos, reatualizamos e reacentuamos (Bakhtin, 1986:89).

Desse modo, verificamos que as oficinas realizadas ao longo da pesquisa-ação alcançaram seus objetivos, pois percebemos nos excertos que o discurso demonstra a necessidade e satisfação em conhecer “além do que se sabe” sobre História e Cultura afro, evidenciando a relevância desse ensino – aprendizagem, para que enquanto docentes, sejam multiplicadores e mediadores de uma transformação social e educação igualitária.

Acreditamos que toda fala absorve elementos que manifestam a constituição da formação do futuro docente ser contínua, reflexiva e colaborativa. Todavia, no excerto 16 a respondente deixa claro sua consciência de que “se acredita que o racismo deve ser tratado pedagogicamente na escola como um instrumento da prática”, ou seja, expressa que toda

comunidade escolar tem seu papel na prática da conscientização e valorização da cidadania, na tentativa de amenizar o racismo racial existente.

No excerto 17, observamos que há um reconhecimento de que existe preconceito e discriminação racial nas escolas, e cabe a todos o conhecimento das “heranças culturais brasileiras”. No entanto, sabemos que no primeiro momento a ação – reflexão - ação dá-se ao docente, para que assim possa por meio de sua prática discursiva multiplicar a fundamentação teórica, possibilitando ao educando tornar-se um cidadão crítico-reflexivo de suas ações e discurso.

Já nos excertos 18 e 19, os respondentes concluem que é importante o momento de discussão e reflexão sobre a temática em seus encontros pedagógicos, para que haja o fortalecimento e até mesmo a conscientização de alguns colegas professores que se fazem avessos que exista racismo ainda na modernidade.

Ao analisarmos os excertos e suas relações discursivas verificamos que as dimensões da pesquisa – ação caracterizam presenças significativas de Intertextualidade e Interdiscursividade, fundamentando a coerência e coesão de seus argumentos voltados à Diversidade étnico-racial. Assim, percebemos que os momentos de ação – reflexão - ação propiciaram conhecimento capaz de ressignificar os conceitos, enriquecendo suas práticas discursivas e estratégias. Por consequência partimos de uma ação existente na sociedade, ou seja, o preconceito e discriminação racial, para que pudéssemos refletir e aderir às ações significativas ao promover uma mudança social.

Gostaríamos ainda de referir que conforme a concepção faircloughiana a prática discursiva particular depende da prática social, bem como da estrutura social dentre suas particularidades, pois o discurso de um sujeito compõe-se por meio da relação entre a *práxis* vivenciada nos grupos sociais. Assim entendemos que o professor ao ressignificar sua teoria e prática metodológica qualificará seu ensino-aprendizagem.

Nesse amplo processo, que é a educação, argumentamos a relevância da linguagem como prática social, a fim de aproximar e contextualizar um pertencimento da história e cultura afro, motivando a escola como um todo, sendo um espaço de formação contínua ao cidadão crítico- reflexivo, pois o ensino-aprendizagem vai além conteúdos programáticos determinados por matrizes curriculares, mas também temáticas que perpassam o contexto social. No entanto, sabemos que a criança só será racista se os adultos assim o forem, pois a prática discursiva tanto de forma positiva como negativa propaga valores, posicionamentos ideológicos e socioculturais.

Desse modo o educador ao ressignificar o processo educativo, seja seu conhecimento e prática discursiva estará contribuindo para a transformação social, de forma que o preconceito e discriminação racial deixem de fazer-se presente no discurso de sujeitos sociais, proporcionando uma educação igualitária ao multiplicar ideias que venham ao encontro do que a sociedade necessita atualmente: combater um dos preconceitos mais visíveis que é o racismo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na prática educacional, compreendemos que muito se tem a evoluir, pois o contexto escolar ainda se mantém em sua maioria enraizada às estratégias metodológicas tradicionais, ou seja, o repasse de conteúdos de forma objetiva, sem interpretações – análises e reflexões, no que tange a prática do “ser professor”. Todavia, sabemos que, de certa forma, a sociedade busca a flexibilidade de uma mobilidade social, ao referir-se às temáticas e práticas educativas e sociais que estão historicamente e culturalmente arraigadas a concepções e consciência de seu próprio existir.

Dessa forma nossa principal inquietação referiu-se à questão da inclusão por meio da Educação étnico-racial, no contexto formativo em nível médio de futuros docentes, realizando um trabalho crítico-reflexivo, acerca da linguagem do educador perante as diferenças em um trabalho reflexivo e colaborativo entre formadores e formandos, visando à melhoria e qualidade do ensino. Para tanto, emergiram como problemas de pesquisa os seguintes questionamentos: Como as práticas discursivas são trabalhadas na escola, a fim de promover igualdade social? De que maneira é possível contribuir para que a escola seja um espaço multiplicador de um discurso igualitário por meio da linguagem, os quais nortearam as ações desses pesquisadores?

Em consonância aos questionamentos norteadores dessa pesquisa, as leituras e discussões realizadas vieram ao encontro de que as ambiências escolares precisam ir adaptando-se à legislação vigente no que tange a Educação étnico-racial, pois o Decreto nº 53.817, de 28 de novembro de 2017 institui o Plano Estadual de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino das Histórias e das Culturas Afro-Brasileiras Africanas e dos Povos Indígenas, na tentativa de assegurar a transversalidade das ações educacionais.

À vista disso entendemos como positivo a criação de um aplicativo Whatsapp, por iniciativa da turma integrante desse trabalho colaborativo, com propósitos de ampliar seus conhecimentos, ao rever estigmas provenientes de uma cultura enraizada, em que a falta de conhecimento levou em sua maioria a uma representação negativa e marginalizada sobre a negritude, mesmo tendo consciência da importância de rever certos conceitos. Com isso, compreendemos a relevância de ações rotineiras nos espaços educativos, para que a construção de um discurso igualitário se multiplique, amenizando o preconceito e discriminação racial, que ainda hoje existe, porém de forma velada.

Gostaríamos ainda de referir, que destacamos algumas limitações de pesquisa, as quais tivemos como dificuldades reunir o grupo na íntegra, tendo em vista que as oficinas aconteciam nos últimos períodos e, o cansaço dos futuros docentes em nível médio, após suas jornadas de trabalho em sua maioria prevaleciam, além de suas vontades de adquirirem mais conhecimento.

Dessarte, nas primeiras oficinas, três futuras docentes em formação nível médio recusaram-se a participar da pesquisa, não permitindo aplicação do questionário, nem tampouco assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, alegando não quererem saber do “assunto”, porém ao prosseguirem os encontros, elas permaneciam em sala de aula e trocavam ideias com a pesquisadora de como trabalhar sobre a negritude com os “pequenos”. Entretanto, eram alunas negras que ao longo dos encontros expuseram sua insatisfação no tratamento enquanto discentes, quando crianças por seus professores. Todavia, as futuras educadoras não autorizaram seus excertos na íntegra, mas permitiram que a pesquisadora relatasse o acontecimento, com intuito de que o cidadão ao escolher ser professor tenha consciência de que seus alunos são iguais, independente da cor e raça.

Ao percebermos a linguagem como prática social, constatamos que muito se tem a pesquisar e refletir, para que possamos promover elementos sociais que possibilitem a qualidade de um ensino ético, voltado para a cidadania do indivíduo, perante uma educação inclusiva e transformadora, capaz de compreender que as relações se estabelecem pelo processo sociocultural, ao buscar novos paradigmas educacionais que fortaleçam valores e princípios e não apenas o repasse de conteúdos estanques de uma realidade social.

Apresentamos ainda, ao grupo amostral como hipóteses às inquietações dos pesquisadores precursores dessa pesquisa, duas possibilidades que foram analisadas nas questões norteadoras do trabalho reflexivo e colaborativo: As práticas discursivas são trabalhadas de formas singelas o que não chega a promover a desigualdade social. A promoção de discussões por meio do trabalho reflexivo e colaborativo fomenta diferentes estratégias discursivas capazes de promover a igualdade social. Assim sendo, a partir dessas possibilidades, somos levados a acreditar que muito ainda se tem a discutir e refletir nos espaços educacionais.

Tendo em vista os aspectos observados nesse estudo destacamos que segundo Fairclough (2010) as práticas discursivas contribuem para a reprodução da sociedade em si e também para a sua transformação, pois a linguagem evidencia o pensamento e ideologias que o sujeito ao longo de sua formação adquiriu.

Ademais, verificamos que os objetivos propostos à pesquisa-ação foram alcançados, ao contribuir com as práticas pedagógicas formativas sobre educação étnico-racial, mesmo passando por alguns contratempos quanto à realização das oficinas já mencionados. Todavia, acreditamos que o trabalho reflexivo se fez relevante no processo educativo dos docentes em formação, porque serão multiplicadores e formadores de opinião, capazes de promover a mudança social por meio de um ambiente igualitário, oportunizando a quebra de estigmas enraizados pela sociedade de que “a pessoa para ter valor, precisa ser branco, cristão e homem”, estigma enraizado por décadas.

Mediante os objetivos propostos a esse estudo resta-nos acreditar que, após os momentos de reflexões e ações desenvolvidas, a percepção desses futuros docentes referentes à sua prática discursiva e sociais pertinentes à temática Diversidade afro, serão evidenciadas de forma rotineira em seus planejamentos pedagógicos, possibilitando ao educando ressignificar seus valores e conceitos, sem preconceito a qualquer sujeito, bem como amenizar a discriminação racial ao longo do contexto educacional.

Assim, a partir da reflexão e conscientização das práticas sociais que perpassam essa temática teremos uma sociedade em busca constante do convívio social, onde o respeito seja a motivação do cidadão. Entretanto, o conhecimento de que leis existem, porém se fazem obrigatórias por não as colocarmos em prática espontaneamente, permite-nos rever a carência de momentos formadores, cujo espaço seja de reflexão e debates para que haja a inserção do tema Diversidade afro, nas mais variadas ambiências, pois todos têm direitos.

Dionne (2007) ressalta que é importante que cada membro da equipe de pesquisa-ação possa apontar as possíveis rupturas a efetuar com as pessoas implicadas no processo. A pesquisa pode continuar sob outras formas, com outros pesquisadores, ou mesmo outros atores podem vir a participar.

Dado ao exposto torna-se evidente que em virtude dos fatos mencionados, muito se tem a trabalhar para que a Diversidade étnico-racial seja considerada uma temática rotineira em sala de aula, onde possamos compreender que a diferença, seja cor e raça, nos torna únicos ao compor uma sociedade igualitária perante os direitos e deveres que perpassam a humanidade. Além disso, o ensino-aprendizagem é uma possibilidade vista pelos pesquisados e pesquisadores como oportunidade de promover mudanças sociais, visando amenizar o preconceito e discriminação racial, para que possamos viver com respeito e dignidade ao desmistificar certos conceitos históricos - culturais.

Vale lembrar ainda que, a linguagem manifesta-se nos mais variados processos sociais, por isso reafirmamos que é por meio dela que o homem se constitui enquanto sujeito,

capaz de transformar seu meio, quando consciente de que as práticas discursivas e sociais são elementos de extrema importância de um processo de mudança. Em consonância com essa concepção vemos que a educação inclusiva sobre a Diversidade étnico-racial, seja uma possibilidade de resgatar a cidadania de um povo capacitado a valorizar a raça humana sem distinção de cor.

Nesse contexto, inferimos que as práticas discursivas trazem consigo ideologias, valores e princípios, conforme o contexto do sujeito, apresentando interpretações e saberes diferenciados. Por isso, torna-se essencial em cursos profissionalizantes, como “Magistério” ofertar espaços significativos de ação – reflexão - ação, para que o domínio linguístico e valores democráticos sejam expressos pela linguagem, tendo ciência de que a prática discursiva do professor muitas vezes é tida como “verdade absoluta” para o aluno. Dessa forma, o educador precisa ter muito cuidado em suas manifestações linguísticas, sendo imparciais, porém instrutivas para a formação desse futuro cidadão.

Fairclough (2001, p.276) salienta que o que é específico acerca de uma prática discursiva particular depende da prática social da qual é uma faceta. Projetos de pesquisa em análise de discurso são, portanto, mais sensivelmente definidos, primeiro em termos de questões sobre formas particulares de prática social e suas relações com a estrutura social, em termos de aspectos particulares de mudança social ou cultural.

A partir dessa reflexão constatamos que o processo sociocognitivo de produção está relacionado às práticas discursivas que permeiam as práticas sociais vivenciadas em um educandário, voltadas para o ensino - aprendizagem, diante de suas especificidades ocorridas em sala de aula. Entretanto, a possibilidade do futuro docente constituir seu discurso, baseado no conhecimento reflexivo, destaca maior segurança em sua metodologia, promovendo resultados satisfatórios para educação e formação de um cidadão crítico-reflexivo.

Souza (2004) reitera que a metodologia da investigação-ação pode ser entendida como uma orientação à prática cotidiana, a qual possibilita o rigor e a sistematização que exige, por um lado, a investigação e, por outro, a discussão social.

Nessa abordagem, concluímos que o ensino- aprendizagem ocorre quando existe uma troca de conhecimentos e ações à medida que se proporciona aos estudantes oportunidades de se engajar nas experiências de aprendizagem, desenvolvendo práticas rotineiras a partir de discussões e reflexões. Todavia, as práticas socioculturais devem motivar a reflexão crítica, na qual os alunos possam ponderar e discutir acerca de suas suposições e de seu entendimento. Além disso, os futuros educadores não podem prever o resultado do seu ensino, por outro lado, podem almejar mudanças sociais que descrevam características educacionais e sociais.

Na oportunidade enfatizamos ao longo do trabalho reflexivo a relevância do “ser professor” e o processo formador desse sujeito, pois motivados pela atuação em sala de aula, esses pesquisadores e pesquisados vislumbram uma docência transformadora, capaz de proporcionar a ressignificação do espaço educacional de forma dinâmica e linear, pois todo o processo histórico – cultural perpassa a linguagem do sujeito, visto que toda sua constituição dá-se pelo seu próprio desenvolvimento político-social. Assim sendo, mesmo com o término dessa pesquisa-ação, os pesquisadores irão continuar seu trabalho reflexivo em suas futuras turmas, por acreditarem que a linguagem como prática social é capaz de garantir mudanças sociais.

Como provocação sugerimos futuras pesquisas, envolvendo essa temática em sala de aula, nas variadas modalidades de ensino, para que possamos buscar um espaço igualitário, a partir de transformações sociais, ao amenizar o preconceito e discriminação racial, promovendo mudanças sociais em nosso contexto histórico, uma vez que muito se tem a estudar sobre Diversidade afro, para que possamos rever nossas práticas discursivas, mesmo que em algumas vezes não seja de forma intencional, mas como ações que estão imbricadas em nossos valores.

A desigualdade existente em nossa sociedade muito tem sido discutida, porém é preciso ter consciência enquanto sujeitos sociais, da relevância de sairmos da teoria e partimos para a prática, pois as relações sociais demonstram carência de uma escola de qualidade, que consiga transmitir de forma prudente a contribuição de cada raça, para formação da sociedade e, assim vivermos de forma igualitária, para que assim possa-se tornar um mundo mais justo e íntegro diante de uma nova formação e estruturação social.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- BENVENISTE, Émile. **Da subjetividade na linguagem**. In: **Problemas de Linguística Geral I**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2008. [1. ed.: 1958].
- BRANDÃO, Ana Paula. **Saberes e fazeres**, v.1: modos de ver. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006, 116p.: il.color,-(A cor da cultura)
- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei nº 9394/96. Publicada no diário Oficial da União de 17 de dezembro de 1996.
- BRASIL, República Federativa do. **Constituição**. 1988
- CARR, W.; KEMMIS, S. **Teoria crítica de La enseñanza**. Barcelona: Martinez Roca, 1988
- DIONNE, Huges. **A pesquisa-ação para o desenvolvimento local**; tradução: Michel Thiollent. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.
- Eduardo Luiz Santos Cabette. **Consciência Negra e ciência dos direitos**. http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8716. Rio Grande, 19 de Outubro de 2016. Âmbito Jurídico.com.br
- ESTATUTO da Igualdade Racial. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Izabel Magalhães, coordenadora da tradução, revisão técnica e prefácio. Brasília. Ed. Universidade de Brasília. 2001.
- FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. Ática. São Paulo. 2006.
- _____. **Linguagem e ideologia**. Palas Athena. São Paulo. 1998
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Paz e Terra, 24 ed. São Paulo. 2002.
- _____. **Pedagogia do oprimido**. Paz e Terra, 17 ed. Rio de Janeiro. 1987
- Localização de Cruz Alta- RS. <http://www.cidade-brasil.com.br/municipio-cruz-alta.html.06/abril/2016>
- MUNANGA, Kabengele. <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia>. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03
- PACHECO, José Augusto. **Políticas curriculares: referenciais para análise**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2003. 144 p.
- PAIM, Paulo. **Estatuto da Igualdade Racial**. 2003

Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Planapir), 2004.

Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasil, gênero e raça: todos pela igualdade de oportunidades: teoria e prática. Brasília: MTb, Assessoria Internacional. 1998.

SANTOS, Jaqueline. **A implementação da LDB alterada pela lei 10.639/2003 na educação básica.** 7 de novembro de 2012 em 2012 - Relações Raciais (1ª edição), Relações Raciais. <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/?p=1644>

SPINK, Mary Jane P (org.). **Práticas Discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximação teóricas e metodológicas.** São Paulo: Cortez. 1999.

SOUZA, Antonio Escandiel de. **Cartas de mala-direta: uma proposta de oficina de leitura via pesquisa-ação.** Editora Centro Gráfico Unicruz, 2002.

_____ O papel da pesquisa-ação no ensino intercultural de Língua estrangeira. <https://periodicos.ufsm.br/LeC/article/download/28964/16352> de AE De Souza - 2004.

THIOLLENT, Michel – **Metodologia da pesquisa-ação.** 11ed. São Paulo. Cortez. 2002.

THIOLLENT, Michel - **Metodologia da pesquisa-ação.** 18ed. São Paulo. Cortez. 2011

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Para onde vai o professor? Resgate do Professor como Sujeito de Transformação.** São Paulo: Libertad, 1995. (Coleção Subsídios Pedagógicos do Libertad; v. 1).

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário para aplicação do trabalho colaborativo.

Caro (a) Aluno (a) normalista:

Solicito, por gentileza, sua contribuição no sentido de responder esse questionário que se destina, restritamente, à pesquisa de mestrado da pós-graduanda Fernanda Falconi Bastolla, no Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social.

1. O que idealiza ao cursar o magistério e trabalhar com crianças nos anos iniciais?
2. Você conhece a lei 10.639/2003?
3. Qual material didático você utiliza sobre a cultura afro em sala de aula?
4. Como desenvolve sua prática pedagógica sobre a temática “Diversidade afro”?
5. Você recebeu alguma orientação e/ou material didático-pedagógico que lhe auxilia a trabalhar essa temática, que se refere à aplicação da lei 10.639/2003?
6. Qual sua opinião sobre materiais didáticos que abordem esta temática?
7. Você utiliza livros infantis com protagonistas da história negros?
8. Caso não utilize, qual é o motivo para tal?
9. Qual a maior dificuldade que você enfrenta para trabalhar com o conteúdo afro e afro-brasileiro em sala de aula?
10. Você percebe algum avanço nas relações em sala de aula a partir da abordagem da cultura afro e afro-brasileira? Quais?
11. Como professor (a) acredita que poderá contribuir para desconstrução do racismo incrustados nas relações cotidianas do ambiente escolar e da Sociedade.

() Sim () Não () Talvez () Não sei

12. Existe racismo no Brasil?

() Sim () Não () Talvez () Não sei

Caso tua resposta tenha sido sim. Acreditas que cabe aos professores e à escola ações para minimizar esta violência para com nossas crianças? _____

13. Achas que podes contribuir para que ocorram mudanças efetivas na Educação Escolar sobre a temática em questão? Como? - _____

- 14- O que muda a partir do conhecimento trabalhado em sala de aula em sua práxis discursiva? _____

APÊNDICE B – Diagnóstico da turma para realização da pesquisa-ação**Caro (a) Aluno (a) normalista:**

Solicito, por gentileza, sua contribuição no sentido de responder esse questionário que se destina, restritamente, à pesquisa de mestrado da pós-graduanda Fernanda Falconi Bastolla, no Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social.

1- Sua idade: _____

2- Gênero: _____

3- O que levou você a cursar o magistério?

4- Quais suas expectativas em relação ao curso?

5- Quais suas pretensões ao concluir o curso normal?

6- O que entende por “Ser professor”?

7- Para você quais as características de um “bom” professor?

8- Você considera-se racista?

9- Ser negro para você significa:

ANEXOS

ANEXO A – Imagens da 1ª e 2ª Oficinas

1ª e 2ª Oficinas: Grupo amostral de alunos em formação docente em nível médio, do Instituto Estadual Professor Annes Dias- Crua Alta realizando atividade 1 - questionário e preenchimento do TCLE.



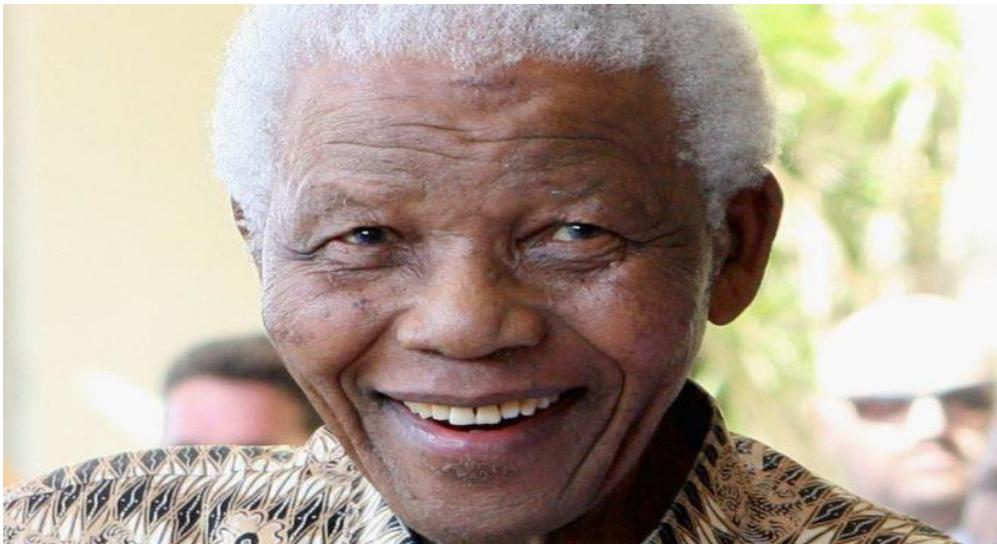
ANEXO B – Imagem da 3ª Oficina

3ª Oficina do Trabalho Colaborativo: Apresentação da temática, Diversidade afro e debate da história.



ANEXO C – Textos utilizados na 3ª Oficina

Discussão e reflexão:



Símbolo da luta contra o Apartheid, regime de segregação racial que separava brancos e negros na África do Sul, Mandela foi sempre defensor de um sistema educacional mais equânime e digno. ***“Não está além do nosso poder a criação de um mundo no qual crianças tenham acesso a uma boa educação. Os que não acreditam nisso têm imaginação pequena”***, repetiria ele ao longo da vida. Ainda em 1953, antes de passar 27 anos preso por lutar pela democracia, ele disse no Congresso Sul Africano: ***“Façam com que todas as casas e todos os barracos se tornem um centro de aprendizado para nossas crianças”***.

Já como presidente, cargo que exerceu entre 1994 e 1999, Mandela lutou por prover uma educação mais equânime entre negros e brancos. ***“O presidente Mandela falou com paixão em todos os fóruns possíveis sobre seu compromisso de prover educação de qualidade para todas as crianças da África do Sul, assim como propiciar também uma vida melhor para todos. Ele estabeleceu parcerias valiosas com o setor privado, especialmente para a construção de escolas nas comunidades rurais de todo o país”***, diz o Departamento de Educação Básica em seu site.

Mesmo depois de seu período na presidência e já octogenário, Mandela não deixou de lado sua ligação com educação. Em 2003, ele participou do lançamento da rede Mindset, uma organização sem fins lucrativos que provê material educativo e curricular para alunos e professores em vários temas, desde economia, matemática e física até tecnologia e orientação para a vida. Na ocasião, proferiu uma de suas frases mais famosas e que resume parte de seus valores. ***“A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”***,

disse ele. E avisou: “Vou usar o resto dos meus dias para ajudar a África do Sul a se tornar mais segura, saudável e educada”.

Sua militância na área continuou sendo frequente, mesmo depois de se retirar da vida pública em 2004. A instituição que leva seu nome e se responsabiliza por levar adiante seu legado ajudou a reformar escolas e a criar centros de excelência de estudos pela África do Sul. No exterior, suas palestras em universidades foram muitas – no site de sua fundação, a Nelson Mandela Foundation, é possível acessar a transcrição de seus discursos. *“As instituições de educação superior têm a obrigação de escancarar suas portas. As que oferecem a educação mais rigorosa é que têm a maior obrigação. Vocês têm a qualidade, a habilidade, o apoio necessário para pressionar por isso”*, disse Mandela em 2005 a universidade norte-americana de Amherst.

Ainda em 2005, ele criou outra fundação, a Mandela Rhodes Scholarship, destinada a financiar os estudos de jovens líderes africanos. Dois anos depois, ele criou um instituto voltado para promover a educação na área rural de seu país, o Nelson Mandela Institute for Rural Development and Education. *“Ninguém pode se sentir satisfeito enquanto ainda houver crianças, milhões de crianças, que não recebem uma educação que lhes ofereça dignidade e o direito de viver suas vidas completamente”*, disse ele por ocasião da fundação da organização.

A educação, para ele, era uma forma de empoderar e libertar as pessoas, e a liberdade sempre foi sua maior bandeira. *“Uma boa mente e um bom coração são sempre uma combinação formidável. Mas quando você adiciona a isso um idioma bem falado ou uma caneta, então você tem uma coisa realmente especial”*, dizia ele. *“... os jovens devem tomar para si a responsabilidade de garantir que terão a melhor educação possível para poder nos representar bem no futuro, como futuros líderes.”*

Fonte: JB/Patrícia Gomes

Sou negro
meus avós foram queimados
pelo sol da África
minh`alma recebeu o batismo dos tambores
atabaques, gongôs e agogôs
Contaram-me que meus avós
vieram de Luanda
como mercadoria de baixo preço
plantaram cana pro senhor de engenho novo
e fundaram o primeiro Maracatu
Depois meu avô brigou como um danado
nas terras de Zumbi
Era valente como quê
Na capoeira ou na faca
escreveu não leu
o pau comeu
Não foi um pai João
humilde e manso
Mesmo vovó
não foi de brincadeira
Na guerra dos Malês
ela se destacou
Na minh`alma ficou
o samba
o batuque
o bamboleio
e o desejo de libertação.

Autor desconhecido

ANEXO D – Imagens da 4ª Oficina

4ª Oficina: Discussão sobre temática e utilização das tecnologias e recursos midiáticos, sugestões para trabalhar em sala de aula/sites.



ANEXO E – Imagens e material utilizado na 5ª Oficina

5ª Oficina: Confeção Boneca Abayomi e história



Oficina BONECAS ABAYOMI – Explicação da história e significação dessa prática para os futuros docentes realizarem em sala de aula com seus educandos, bem como a relevância e contribuição para a cultura afro.

- A palavra abayomi tem origem iorubá, e costuma a ser uma boneca negra, significando aquele que traz felicidade ou alegria. (Abayomi quer dizer encontro precioso: abay=encontro e omi=precioso). O nome serve para meninos e meninas, indistintamente. Não se deve confundir com Abaiomi, também iorubá, de significado diverso. O nome é comum na África, principalmente na África do sul, embora também seja encontrado com frequência até o norte da África, e mais raramente, no Brasil.
- No Brasil, além de nome próprio, designa bonecas de pano artesanais, muito simples, a partir de sobras de pano reaproveitadas, feitas apenas com nós, sem o uso de cola ou costura , de tamanho variando de 2 cm a 1,50 m, sempre negras, representando personagens, de circo, da mitologia, orixás, figuras do cotidiano, contos de fada e manifestações folclóricas e culturais.
- A boneca abayomi foi criada para as crianças, jovens, adultos na época da escravidão. As mulheres negras confeccionavam essas belezas com pedaços de suas saias, único pano encontrado nos navios negreiros, para acalmar e trazer alegria para todos. Considerado um amuleto para todos nós até hoje, essas bonecas assim como os voduns haitianos são criação de uma cultura milenar.
- A história das Bonecas Abayomi, começou com Lena Martins, artesã de São Luiz do Maranhão, educadora popular e militante do Movimento de Mulheres Negras, que procurava na arte popular um instrumento de conscientização e sociabilização. Logo, outras mulheres, e várias gerações, vindas de vários movimentos sociais e culturais, aprenderam com ela, juntaram-se e fundaram no Rio de Janeiro a Cooperativa Abayomi, em dezembro de 1988, dando continuidade ao trabalho desde então A cooperativa estimula as relações de cooperação e generosidade, o fortalecimento da autoestima e reconhecimento da identidade afro-brasileira de negros e descendentes, buscando superar as desigualdades de gênero, integrando a cultura brasileira.



ANEXO F – Imagens compartilhadas pelos pesquisados

Alguns “Posts” compartilhados no aplicativo Whatsapp criado pelos participantes da pesquisa-ação.



ANEXO G – Imagens da 6ª Oficina

6º Oficina: Congresso “Educação afro para todos” – Contemplando os resultados da pesquisa-ação realizada com os docentes em formação em nível médio.







ANEXO H – Carta de autorização do diretor do IEE Prof. Annes Dias

CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Eu, Paulo Roberto de Moraes, diretor do Instituto Estadual de Educação Prof. Annes Dias, tenho ciência e autorizo a realização da pesquisa-ação intitulada “A LINGUAGEM COMO PRÁTICA SOCIAL NA INCLUSÃO: UM TRABALHO COLABORATIVO NA FORMAÇÃO DOCENTE SOBRE EDUCAÇÃO-AFRO NO CURSO NORMAL DO INSTITUTO PROFESSOR ANNES DIAS DE CRUZ ALTA-RS”, sob responsabilidade dos pesquisadores Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Fernanda Falconi Bastolla, orientada pela Prof. Dr. Antonio Escandiel de Souza, a realizar-se no educandário. Para isto, será disponibilizado ao pesquisador o uso do espaço físico, documentos da instituição para análise como “Regimento escolar, Projeto Político Pedagógico, Base curricular do curso Normal, bem como Projeto Político do Curso”, entre outros necessários ao longo da pesquisa. Desta forma, o pesquisador terá a permissão para observação das aulas, assim como interação com as alunas docentes em formação de nível médio, do Curso Normal do Instituto Estadual de Educação Professor Annes Dias, do município de Cruz Alta - RS, como forma de oficinas e momentos reflexivos sobre a temática em estudo. A pesquisa-ação consistirá na aplicação de oficinas aos alunos do curso Normal, proporcionando conhecimentos das leis e fundamentação teórica, a fim de reconhecer em sua *práxis* e estratégias metodológicas/educacionais, ações que visem amenizar o preconceito e discriminação racial, buscando igualdade social de forma rotineira.

Cruz Alta – RS, de março de 2017.

Paulo Roberto de Moraes
Diretor do IEE Prof. Annes Dias

ANEXO I – Termo de Consentimento aprovado pelo CEP**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado (a) participante:

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa: “A linguagem como prática social na inclusão: um trabalho colaborativo na formação docente sobre a educação - afro no curso Normal do Instituto Professor Annes Dias de Cruz Alta - RS”.

A justificativa, os objetivos e os procedimentos: O motivo que nos leva a estudar tendo como a principal inquietação desta pesquisadora juntamente com seu orientador refere-se à questão da inclusão por meio da Educação - afro no contexto formativo em nível médio de futuros docentes. Nesse sentido, o presente estudo tem o intuito de realizar um trabalho crítico-reflexivo, acerca da linguagem do educador perante as diferenças em um trabalho colaborativo entre formadores e formandos, visando à melhoria e qualidade do ensino. Para tanto, emergiram como problemas de pesquisa os seguintes questionamentos: Como as práticas discursivas são trabalhadas na escola, a fim de promover igualdade social? De que maneira é possível contribuir para que a escola seja um espaço multiplicador de um discurso igualitário por meio da linguagem?

Desta forma, a pesquisa justifica-se por tornar-se pertinente ressaltar a importância da linguagem como uma prática social, capaz de mediar o conhecimento necessário à formação docente em nível médio, sendo a finalidade deste futuro professor dos anos iniciais do Ensino Fundamental exercer o papel de multiplicador de ideias que venham ao encontro do que a sociedade necessita atualmente: combater um dos preconceitos mais visíveis que é o racismo. Emerge, então, a importância de oportunizar aos educadores momentos de reflexões teórico-práticas, assim como a (re) elaboração da opinião própria, com consciência de direitos e deveres ao posicionar-se enquanto ser atuante, em um grupo social.

Para isso, o objetivo deste estudo é realizar um trabalho colaborativo envolvendo a linguagem como prática social e nas estratégias discursivas aplicadas à formação docente no curso normal, com intuito de contribuir com as práticas pedagógicas formativas sobre educação - afro.

Para o desenvolvimento deste trabalho colaborativo, de cunho qualitativo, destacamos o intuito de analisar a linguagem como prática social na inclusão da formação docente em

nível médio atrelada à Diversidade afro. Desta forma, será realizada uma pesquisa-ação, por meio de deliberação coletiva, considerando-se relevante os sujeitos escolares, bem como suas estratégias e práticas como protagonistas das novas propostas sobre a temática, vivenciadas desde o ano de dois mil e doze até os dias atuais. O grupo amostral será composto por 25 docentes em formação de nível médio, do Instituto Estadual de Educação Professor Annes Dias, do município de Cruz Alta – RS. Optamos por desenvolver o estudo com todos participantes da turma, pois acreditamos que todos serão docentes e, portanto, formadores de opinião, acreditando que é por meio da educação que poderemos promover uma mudança social.

A pesquisa acontecerá por meio de entrevista diagnóstico, oficinas reflexivas abordando o conhecimento de leis, história e cultura afro, bem como valores e referências afro-brasileiras (oralidade, literatura, musicalidade) para aplicabilidade em sala de aula com alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Percebemos que as atividades metodológicas propostas perpassam pela observação das aulas, análise descritiva das ações pelas futuras docentes, assim como dos documentos que regimentam o educandário e o curso, além de entrevista estruturada e aplicação de questionário, a fim de atingir os objetivos propostos no estudo, proporcionando um diagnóstico das futuras docentes, para que seja desenvolvida então a pesquisa - ação.

Desconfortos e riscos e benefícios: Existe um desconforto e risco mínimo para você que se submeter à pesquisa, pois teremos o máximo cuidado para não expor nenhum envolvido nas atividades. O que queremos é apenas promover a reflexão de sua *práxis* social perante a Diversidade afro, uma vez que muitos profissionais da educação afirmam não serem preconceituosos, mas trazem consigo *práticas* discursivas e ações que demonstram o racismo, porém com mais conhecimento sobre o assunto oportuniza a (re) construção de pensamentos, ações e *práxis*, bem como a linguagem como prática social, perante a sociedade e comunidade escolar, pois enquanto formador de opinião o educador precisa ter conhecimento da história que perpassa nossa evolução para ter segurança e domínio ao referir-se a esta temática. Outrossim, ter acesso a novas estratégias e metodologias de ensino, motivam e fortalecem o docente perante seus educandos, proporcionando um ambiente prazeroso e ao mesmo tempo motivador ao aluno. Com isso, verificamos se que a abordagem sobre Diversidade afro em sala de aula cada vez mais ganha espaço, tornando assim um tema rotineiro, na tentativa de amenizar o preconceito e discriminação racial.

Forma de Acompanhamento e Assistência: Os participantes serão acompanhados por encontros semanais ao longo do trabalho colaborativo, onde serão disponibilizados

momentos de relatos e reflexões sobre as ações propostas (pesquisas, estudos, observações, elaborações de atividades).

As oficinas mensais com as às alunas, oportunizarão momentos de reflexão e conhecimento da história, leis e cultura afro, ou seja, matrizes africanas ressignificadas pelo modo de ser, além de toda miscigenação que está estabelecida, através de explanação e discussão sobre as leis que normatizam os estudos sobre História e Cultura Afro, bem como o conhecimento que perpassa pela temática, evidenciando a linguagem como prática social por meio de atividades ludo-pedagógico como estratégias metodológicas. Quanto ao retorno à comunidade alvo da pesquisa, salientamos que seguiremos os pressupostos da pesquisa-ação, ou seja, promoveremos um encontro para mostrar os resultados do estudo e fomentar reflexões acerca da relevância do estudo colaborativo em contextos educativos, pois assim perceberemos que o “ser docente” é um mediador do conhecimento e não apenas multiplicador de conteúdos programáticos a serem cumpridos ao longo do ano letivo.

Garantia de Esclarecimento, Liberdade de Recusa e Garantia de Sigilo: Você será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Os pesquisadores irão tratar sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa serão apresentados para você como forma de um seminário final e permanecerão confidenciais. Seu nome ou material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Este documento será apresentado em três vias, sendo que uma via deste consentimento informado será arquivada no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Cruz Alta, outra ficará com os pesquisadores e outra será fornecida a você.

Custos de Participação, Ressarcimento e indenização por eventuais danos: A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional ao longo da pesquisa.

Declaração da Participante ou do Responsável pela participante:

Eu, _____, portadora do RG _____ fui informada(o) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e motivar minha decisão se assim desejar. Os professores orientadores, Fernanda Falconi Bastolla e Antonio Escandiel de Souza certificaram-me de que

todos os dados desta pesquisa serão confidenciais. Também sei que caso existam gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo docente em formação na construção de materiais pedagógicos. Em caso de dúvidas poderei chamar a estudante _____ no telefone (____)_____, os professores orientadores, Fernanda Falconi Bastolla, (55) 91414364, Antonio Escandiel de Souza (55) 91893946 ou o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Cruz Alta – Unicruz, sito ao Campus Universitário Dr. Ulisses Guimarães Rodovia Municipal Jacob Della Méa, Km 5.6 Caixa Postal 858 - Distrito Parada Benito - CEP 98020-290 - Cruz Alta – RS Prédio central, 2º piso, sala 215.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma via deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Nome	Assinatura do Participante	Data
------	----------------------------	------

Nome	Assinatura do Pesquisador	Data
------	---------------------------	------

Nome	Assinatura da Testemunha	Data
------	--------------------------	------